



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 094

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 094**

### **88ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios..... 04

Indicações ..... 09

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei ..... 22

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luciana Rafagnin ..... 26

Dep. Chico Noroeste..... 27

Dep. Elio Rusch ..... 27

Dep. Tadeu Veneri..... 30

Dep. Reni Pereira..... 31

Dep. Antonio Belinati ..... 32

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 28

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati .....33

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Felipe Lucas .....34

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ....36

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....39

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin .....40

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....41

Discussão/Votação

Redação Final .....42

3ª Discussão .....43

2ª Discussão .....43

1ª Discussão .....43

Requerimentos .....53

**Encerramento da Sessão: .....56**

### **DIÁRIO Nº 094**

### **88ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton welter e Osmar Bertoldi (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fernando Scanavaca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

### **Mensagens**

MENSAGEM N° 066/09

Curitiba, em 17/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei n° 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei n° 15878, de 09/07/08, conforme especifica.

A presente medida visa escalonar a parcela variável do adicional de voo, a qual é parte integrante da remuneração dos servidores públicos que exercem atividades em aeronaves do Governo do Estado do Paraná.

A Administração Estadual possui 10 (dez) aeronaves, as quais se classificam em 06 (seis) categorias, que voam em velocidade distintas, conforme demonstra a tabela seguinte:

CATEGORIA DA AERONAVE	MODELO	VELOCIDADE MÁXIMA
Monomotor Convencional	02 Ximangos 01 Skylane	230 km/h
Bimotor Convencional	02 Sênecas	300 km/h
Monomotor Turbohélice	01 Grand Caravan	330 km/h
Bimotor Turbohélice	01 King Air	400 km/h
Bimotor a Reação	01 Citation	600 km/h
Helicóptero	02 Jet Ranger	Voo pairado

Denota-se que o escalonamento de valores dos adicionais de voo, ora proposto, tem por foco a complexidade da aeronave que é pilotada por cada um dos servidores integrantes do Quadro de Agente de Aviação do Poder Executivo.

Dentre as aeronaves acima mencionadas, estão as de baixa complexidade de valor, assim como as

aeronaves de grande complexidade tecnológica e de alto valor, vindo estas exigir maiores conhecimentos, dedicação e experiências adquiridos com maior número de horas de voo executadas e diversos cursos realizados.

Desta forma, os valores da parcela variável do adicional de voo seriam escalonados da seguinte maneira:

CATEGORIA DA AERONAVE	MODELO	VALOR DE HORA DE VOO	
		DIURNA	NOTURNA
Monomotor Convencional	Motoplanador / Skylane	62,00	93,00
Bimotor Convencional	Sêneca	81,00	122,00
Monomotor Turbohélice	Grand Caravan	89,00	134,00
Bimotor Turbohélice	King Air	108,00	162,00
Bimotor a Reação / Helicóptero	Citation / Jet Ranger	162,00	243,00

O escalonamento dos valores referentes à parcela variável do adicional de voo representará um impacto financeiro mensal na ordem de R\$ 8.761,00 (oito mil, setecentos e sessenta e um reais).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

I - uma fração relativa ao valor de uma hora de voo executado no período diurno, equivalente a:

- a) R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) para aeronaves monomotor convencional;
- b) R\$ 81,00 (oitenta e um reais) para aeronaves bimotor convencional;
- c) R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) para aeronaves monomotor turbohélice;
- d) R\$ 108,00 (cento e oito reais) para aeronaves bimotor turbohélice;
- e) R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) para aeronaves bimotor a reação e para helicópteros;

II - uma fração relativa ao valor de uma hora de voo executado no período noturno, feriados e finais de semana, equivalente a:

- a) R\$ 93,00 (noventa e três reais) para aeronaves monomotor convencional;
- b) R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais) para aeronaves bimotor convencional;
- c) R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) para aeronaves monomotor turbohélice;
- d) R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) para aeronaves bimotor turbohélice;
- e) R\$ 243,00 (duzentos e quarenta e três reais) para aeronaves bimotor a reação e para helicópteros.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/09

Curitiba, 17/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Santo Antonio do Paraíso, do Lote de terra nº 41, Quadra 03, com área de 525,00 m2, sem edificação, naquele Município, con-

forme Matrícula sob nº 1519, do Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação da Biblioteca Cidadã.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Santo Antonio do Paraíso, do Lote de terra nº 41, Quadra 03, com área de 525,00 m2, sem edificação, naquele Município, conforme Matrícula sob nº 1519, do Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, destina-se, exclusivamente, à implantação da Biblioteca Cidadã, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### À Diretoria Legislativa.

### Ofícios

OFÍCIO Nº 353/09-GP

Curitiba, em 18/08/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente à criação e transformação de cargos do corpo instrutivo, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Este anteprojeto tem como objetivo criar cargos de coordenação e assessoramento, tendo em vista o aumento da estrutura administrativa desta Casa, ocorrida com a entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas - Lei Complementar Estadual nº 113, de 15/12/05.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para este corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. minha rança do meu profundo respeito.

Atenciosamente,

(a) HERMAS EURIDES BRANDÃO

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal do corpo instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, um (01) cargo de Assessor Jurídico, simbologia DAS-3, um (01) cargo de Assessor Técnico da Ouvidoria, simbologia DAS-5, dois (02) cargos de Coordenador, simbologia DAS-2, um (01) cargo de Controlador Interno, simbologia DAS-2, e vinte e cinco (25) cargos de Analista de Controle - simbologia AC, de provimento efetivo, a serem providos mediante prévia aprovação em concurso público.

Art. 2º Ficam transformados, na estrutura do Quadro de Pessoal do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, seis (06) cargos de Coordenador, simbologia DAS-3 em seis (06) cargos de Coordenador, simbologia DAS-2.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos I e II, da Lei Estadual nº 15854, de 16/06/08, que passam a vigorar na forma dos Anexos I e II, desta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I					
Dos Cargos Efetivos					
Situação Atual			Situação Proposta		
Nº de cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Referência/Nível	Nº de cargos	Carreira - Nível superior	Código/Referência/Nível
378	Analista de Controle	AC-E01 a AC-I11	403	Analista de Controle	AC-E01 a AC-I11
378			403		
Nº de cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Referência/Nível	Nº de cargos	Carreira - Nível médio	Código/Referência/Nível
125	Técnico de Controle	TC-B01 a TC-F11	125	Técnico de Controle	TC-B01 a TC-F11
125			125		
Nº de cargos	Carreira - Nível fundamental	Código/Referência/Nível	Nº de cargos	Carreira - Nível fundamental	Código/Referência/Nível
16	Auxiliar de Controle	AuxC-A01 a AuxC-D11	16	Auxiliar de Controle	AuxC-A01 a AuxC-D11
16			16		
Cargos em Extinção					
Nº de cargos	Carreira	Símbolo	Nº de cargos	Carreira	Símbolo
8	Consultor Jurídico	CJ	8	Consultor Jurídico	CJ
30	Consultor Técnico	CT	30	Consultor Técnico	CT
38			38		

ANEXO II					
Dos Cargos em Comissão					
Situação Atual			Situação Proposta		
Direção e Assessoramento			Direção e Assessoramento		
Cargos	Categorias Funcionais	Sím-bolo	Cargos	Categorias Funcionais	Sím-bolo
1	Diretor Geral	DAS-1	1	Diretor Geral	DAS-1
1	Coordenador Geral	DAS-1	1	Coordenador Geral	DAS-1
10	Diretor	DAS-2	10	Diretor	DAS-2
6	Inspetor de Controle	DAS-2	6	Inspetor de Controle	DAS-2
7	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	7	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
7	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	7	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
6	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	6	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
1	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	1	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
1	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	1	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
1	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	1	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
1	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	1	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
1	Assessor Parlamentar	DAS-2	1	Assessor Parlamentar	DAS-2
1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2
1	Assessor de Planejamento da IGC	DAS-2	1	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
1	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	1	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
1	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	1	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
6	Coordenador	DAS-3	8	Coordenador	DAS-2
			1	Controlador Interno	DAS-2
1	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	1	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
1	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	1	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
7	Assessor Jurídico	DAS-3	8	Assessor Jurídico	DAS-3
7	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	7	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
1	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	1	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
2	Assessor Administ. da Procuradoria Geral	DAS-3	2	Assessor Administ. da Procuradoria Geral	DAS-3
2	Secretário de Câmara	DAS-3	2	Secretário de Câmara	DAS-3
1	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	1	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
7	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	7	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
1	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	1	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5

1	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	1	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
			1	Assessor Técnico da Ouvidoria	DAS-5
7	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	7	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
7	Auxiliar de Controle Externo	1-C	7	Auxiliar de Controle Externo	1-C
1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
6	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	6	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
1	Assessor de Gabin. da Corregedoria Geral	1-C	1	Assessor de Gabin. da Corregedoria Geral	1-C
1	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	1	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
1	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	1	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
1	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	1	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C
7	Assistente Técnico de ICE	2-C	7	Assistente Técnico de ICE	2-C
7	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	7	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
6	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	6	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
2	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	2	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
1	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
1	Auxiliar de Diretoria	2-C	1	Auxiliar de Diretoria	2-C
1	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C
1	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
7	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	7	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
1	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	1	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
144			149		

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Considerando o significativo aumento de atividades detectado após o advento da Lei Complementar n° 113, de 15/12/05, verifica-se a necessidade de adequação da estrutura administrativa com a criação e transformação de cargos do corpo instrutivo, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Isso se reflete principalmente na necessidade de criação dos cargos de: Controlador Interno, visando aparelhar o sistema de controle interno deste Tribunal, conforme artigo 159 e 160 do citado diploma legal; dois novos cargos de Coordenador, sendo um deles para a estrutura da Escola de Gestão Pública, responsável pelos treinamentos previstos no artigo 104, VII, da referida lei; e o outro cargo para a nova unidade denominada de Coordenadoria de Licitações e Contratos. Os demais cargos para a Ouvidoria e de assessor jurídico atendem as deficiências do Quadro Instrutivo.

A nova proposta da composição dos cargos no Quadro de Pessoal vem de encontro com as atribuições constitucionais, bem como do desenvolvimento estrutural desta Corte.

Este cenário impõe a necessidade premente e regular de adequação de suas estruturas funcionais, que dentre os dispositivos legais, privilegia os reflexos de natureza financeira que ora se detalha.

### MEMÓRIAS E IMPACTOS FINANCEIROS

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre a criação e transformação de cargos do corpo instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Este anteprojeto tem como objetivo criar cargos de coordenação e assessoramento, tendo em vista o aumento da estrutura administrativa desta Casa, ocorrida com a entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas - Lei Complementar Estadual n° 113, de 15/12/05.

- O impacto orçamentário e financeiro do anteprojeto de lei ora proposto, que será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, impor-

tará, em um acréscimo anual, ano base de 2009, de R\$ 2.594.702,05 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e dois reais e cinco centavos).

R\$ 1,00

	PROPOSTO
FOLHA DE PAGAMENTO - VALORES ANUAIS	132.464.913,90
ACRÉSCIMO ANO	2.594.702,05
% DESPESA COM PESSOAL SOBRE O ORÇAMENTO TOTAL	78,76%

A projeção do percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida para

o exercício corrente, a ser apurado em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a:

	PROPOSTO
% DESPESA COM PESSOAL sobre a RCL - ANUAL	0,91%

Abaixo, portanto, dos limites definidos pela referida lei, que fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) em 1,36% da RCL e o limite prudencial (parágrafo único, artigo 22 da LRF) em 1,29% RCL.

#### EVOLUÇÃO DA DESPESA PROPOSTA PROJEÇÃO 2009-2011

Consoante os artigos 16 e 17, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00, *in verbis*:

*Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

*§ 1° Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

A despesa pretendida, considerados os dois próximos exercícios:

	PREVISÃO ANUAL	PROPOSTO		
	2009	2009	2010	2011
<b>FOLHA DE PAGAMENTO</b>				
Valores Mensais	9.956.420,68	10.151.511,06	10.322.245,09	10.498.101,13
Valores Anuais	131.294.371,62	132.464.913,90	136.159.836,27	138.498.721,60
Valor 2009 estimado em 12 meses		133.889.073,67		
Acréscimo mês - anteprojeto		195.090,38		
Acréscimo mês - vegetativo			170.734,03	175.856,04
Acréscimo Ano		2.594.702,05	2.270.762,60	2.338.885,33

Em anexo, Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n°

16032, de 29/12/08), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual n° 15757, de 27/12/07).



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2009 e no Plano Plurianual 2008/2001, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba, em 18/08/09.

(a) HERMAS EURIDES BRANDÃO

OFÍCIO Nº 626/09-VS

Curitiba, 18/08/09.

Senhor Presidente:

Através deste, comunicamos a V. Exa. que nesta quarta-feira não poderemos comparecer à Sessão Plenária em virtude de compromissos que estaremos cumprindo na Cidade de Umuarama, quando estarei recebendo o presidente do CREA-PR, para discussão de temas referentes à Região Noroeste do Paraná.

Sem mais para o momento, aproveitamos para externar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(a) FERNANDO SCANAVACA

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 842/09

SÚMULA:

Encaminha indicação para o Sr. Governador do Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado que subscreve a presente indicação legislativa dirige-se a V. Exa. para indicar o seguinte:

1. O encaminhamento ao CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, proposta de convênio concedendo isenção do ICMS, nas operações que envolvam a produção e aquisição de alimentos básicos, destinados à distribuição entre consumidores de baixo poder aquisitivo, com renda até cinco salários- mínimos e promovidas pelas Prefeituras Municipais em atendimento aos projetos e programas versando sobre a segurança alimentar.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A instituição de tratamento tributário diferenciado às operações praticadas pelos entes públicos, encontra amparo na necessidade de se reduzir os custos na prestação de serviços à população mais carente.

Não há sentido em se tributar - onerando sobremaneira o preço dos produtos - as atividades promovidas,

diretamente ou por organismos vinculados, por entidades públicas dedicada a suprir importantes carências das populações menos favorecidas, como é o caso da segurança alimentar.

Embora defenda-se em algumas instâncias que para o caso em concreto já exista a regra da imunidade recíproca - vedando a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços dos entes tributantes - na prática, tal proibição não prevalece, havendo, destarte, impeditivos legais, burocráticos e administrativos, que acabam impedindo tal reconhecimento.

A regra do convênio, a nosso ver, possibilitará a regulamentação imediata das operações que terão a isenção reconhecida, facilitando e colaborando para a instituição de programas de segurança alimentar nos Estados e Municípios.

INDICAÇÃO Nº 843/09

SÚMULA:

Propõe à COPEL urgentes providências para resolver o problema das constantes interrupções, no fornecimento de energia elétrica na comunidade rural de Nova Cantu, em especial na Comunidade do 48.

Senhor Diretor-Presidente da COPEL:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que o Município de Nova Cantu tem como característica principal a agricultura, inclusive de pequenos produtores e atendendo aos pedidos dos mesmos.

2) Que existem diversos agricultores que dependem da energia elétrica para manter seus negócios, em especial, a criação de frangos; (aviários) e resfriadores de leite.

3) Que a constante falta de energia elétrica tem causado prejuízos diversos.

4) Que no período de 31 de julho até 18 de agosto ocorreram nove interrupções, ficando, por vezes, diversas horas sem energia elétrica.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Solução imediata do problema das constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica na zona rural de Nova Cantu.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local, diminuindo o risco e prejuízo, possibilitando uma melhor produção agrícola.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 844/09

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a construção de duas passarelas na rodovia PR-323 no Município de Paissandu.

Senhor Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que o trecho da PR-323, que corta o Município de Paissandu é de competência e responsabilidade do Governo Estadual.

2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões, veículos, ciclistas e pedestres.

3) Que no referido trecho não existe sistema de proteção ao pedestre, sinalização e pinturas adequadas, ocasionando um grande perigo aos usuários desta rodovia.

4) Que no referido trecho várias pessoas já foram vitimadas.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Construir duas passarelas para pedestres.

2) Pinturas de faixas e sinalização adequada.

3) Outras melhorias.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de atropelamentos e óbitos.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 845/09

## SÚMULA:

Propõe a extensão da pavimentação da estrada de acesso entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul até a localidade de Campina, no Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Secretário Estadual dos Transportes, Rogério Tizzot:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário Estadual dos Transportes, reivindicando o que segue:

1 - Extensão da pavimentação da estrada de acesso entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (antiga estrada Curitiba-Joinville), até a localidade de Campina, no Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) FRANCISCO BÜHLER

## JUSTIFICATIVA:

A construção da BR-376, ligando à Capital Curitiba ao Município de Garuva, em Santa Catarina, e daí a BR-101, que leva ao Sul do País, via Litoral, colocou, como era de se esperar, a antiga estrada Curitiba-Joinville em segundo plano.

A estrada, todavia, nunca deixou de ser de extrema importância para os moradores da zona rural dos dois Municípios, sendo, em muitas oportunidades, o principalmente caminho entre as colônias e imprescindível ao escoamento da produção agrícola.

Agora, por iniciativa do Governo do Estado, eis que foi pavimentado importante trecho, ligando os dois Municípios, razão de júbilo para centenas de famílias que moram ao longo da estrada e de igual forma para os motoristas que ali transitam.

O que se pleiteia é a extensão da pavimentação até a localidade de Campina, no Município de Tijucas, em trecho com extensão de aproximadamente 6 Km, o que em muito viria a contribuir para o progresso da região e a melhoria das condições de vida da população.

Desta forma e pelas razões expostas, considerando que nossa solicitação seja observada como justa e necessária, transmitimos ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário Estadual dos Transportes a gratidão dos moradores, esperando que a reivindicação possa ser atendida.

## INDICAÇÃO Nº 846/09

## SÚMULA:

Sugere que a Secretaria da Agricultura oriente os trabalhadores rurais dos programas de incentivo federais e estaduais aos fumicultores.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - que a Secretaria de Agricultura proporcione condições para que agentes rurais da Secretaria orientem os trabalhadores, dando orientações e maior divulgação dos programas de incentivos federais e estaduais, desde crédito rural e fundiário a programas de diversificação da produção, com objetivo de incentivar os fumicultores a troca do cultivo de suas plantações.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade ligada à agricultura do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 4020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do

dia 20 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 4012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o parágrafo 3º do artigo 62, da Constituição Estadual e artigo 34 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, composta por 11 (onze) membros e com prazo de duração regimental de 120 (cento e vinte) dias, para apurar abusos constatados nas autorizações judiciais referentes a investigações apoiadas em interceptações telefônicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### REQUERIMENTO Nº 4047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja autorizado e agendado para o dia 03/09/09, a partir das 17h o uso do Plenário da Assembleia para comemoração do Dia da Independência da Ucrânia e do Salão Nobre para recepção dos convidados.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) FELIPE LUCAS

#### REQUERIMENTO Nº 4055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 343/09, ao Projeto de Lei nº 056/09, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 3988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Amadeu Rodrigues Moreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Simone Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neiva Maria Quetim Teixeira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Olivio Meier, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 3992

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, voto de pesar e apresentação de condolências à família do jornalista Sérgio Guiss, falecido hoje na Cidade de Toledo-PR.

Requer, ainda, seja determinada à Secretaria da Casa, que, uma vez aprovado este requerimento, se dê ciência à família enlutada através de telegrama com o seguinte teor: "A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus membros, e a requerimentos dos Deputados Elton Carlos Welter e Duílio Genari, apresenta as mais sentidas condolências a esta família pela morte do empresário do ramo de comunicação, jornalista Sérgio Guiss".

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(aa) ELTON WELTER

DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 3995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos de hoje, voto de profunda saudade do nosso Presidente Dr. Getúlio Vargas, falecido dia 24/08/54.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família do Dr. Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos lembrar a eminente figura de Getúlio Dornelles Vargas, falecido dia 24/08/54.

É com saudades daquele homem público que foi o maior estadista brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reavivar a extraordinária trajetória daquele patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais. Esse homem público incansável mostrou ao longo de sua vida que é possível construir um País moderno, dinâmico, progressista e justo.

Reverter a memória do Presidente do Brasil, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, o Brasil sem dúvida ficou menor sem Getúlio Vargas, ele ocupou um espaço destacado na história brasileira. Nos momentos difíceis do País, nunca lhe faltaram realismo e solidariedade ao nosso povo.

Getúlio Vargas, com seu espírito empreendedor, está na história como um dos homens mais arrojados do Brasil, uma pessoa destacada de um talento mágico.

Cumpriu-se o que Getúlio Vargas dissera na Carta Testamento. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando a fome bater à vossa porta sintireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofredora ao lado. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, as calúnias não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo para o caminho da eternidade. E, hoje, no momento em que toda a população brasileira lembra a morte do maior estadista deste País, está sua imagem sempre viva no coração de todo o povo brasileiro.

O Governo Vargas dignificou o trabalho e o trabalhador. Deu a este um status. Não foi necessário que o operariado vertesse o próprio sangue em lutas de ruas para obter conquista social.

Côncio de suas responsabilidades perante a nação, que o levava a Presidência da República, e ciente de que apenas interesses de ordem material é que serviam de mola para a campanha de injúrias e calúnias Getúlio Vargas; se recusou a humilhar-se com a renúncia injustificável “Daqui só saio morto”, disse ele.

Concluiu dizendo: Minha saída ou a minha permanência no Governo deixou de ter significação para mim. O que eu não quero é a desonra. O que eu não quero é ter, na história meu nome envolvido na complacência com ladrões e assassinos.

Um tiro no coração o fez tombar heroicamente. Preferiu o suicídio à vergonha saído da vida para entrar na história disse para finalizar.

#### REQUERIMENTO Nº 3998

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de

seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família Joaquim Luiz Pereira Briso pelo seu falecimento, aos 87 anos, em 10/08/09.

Esta Casa reverencia a memória de Joaquim Luiz Pereira Briso, cuja vida de realizações, seja como economista, industrial, agropecuarista, seja como homem de espírito público - que serviu toda a sua vida não só sua família, mas também a toda comunidade de Terra Rica e dos Municípios onde viveu -, deixa um legado exemplar de empreendedorismo e doação ao próximo. Teve 7 (sete) filhos e vários netos e bisnetos. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Briso na pessoa de Cláudia Briso.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO Nº 4025

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Aymar Soares de Souza Lima, ocorrido no dia 14/08/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a Sra. Rosa Bernadete Tomasin Souza Lima, viúva.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Dr. Aymar Soares de Souza Lima, os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 14 de agosto, que deixa eternas saudades.

Pioneiro de Campo Mourão, o Dr. Aymar Soares de Souza Lima era advogado. Foi presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Campo Mourão por duas vezes e ex-Vereador.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 4032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de pro-

fundo pesar, pelo falecimento da Sra. Mariana Szech, ocorrido no mês de julho próximo passado.

Dona Mariana, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Expressiva senhora da sociedade curitibana, mãe e avó que teve na família sua maior riqueza, a bondade cristã espelhada no ser humano.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 4039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Edelzina Pereira Pinto, ocorrido no dia 08 de agosto.

Dona Dica, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era uma mulher guerreira e persistente, tendo criado seus filhos com muito carinho e fé em Deus. Expressiva personalidade da comunidade de Campo Largo, deixa três filhos, cinco netos e seis bisnetos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 4040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilson Milski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Inês Venâncio Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Covalinsk Nalevaiko, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosa Senger Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lorival da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Laudolino Luis França, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 4056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Eiko Sigaki, casada, do lar, com 79 anos de idade, no último dia 16 de agosto, em Marialva.

Eiko Sigaki era filha do Sr. Tsuguio Obara, e da Sra. Mari Obara. Deixa viúvo o Sr. Sussumu Sigaki e 05 (cinco) filho Nelson Sigaki, Walter Sigaki, Helio Sigaki, Dirce Sigaki e Eliza Sigaki. Deixa ainda, netos e bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 4058

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do terceiro Prefeito de Nova Esperança Pedro Zanusso, falecido aos 95 anos, pai do ex-Deputado Basílio Zanusso

Nascido a 30/07/14, em Pitangueiras/SP, quando a Primeira Guerra Mundial se iniciava na Europa.

Em 1951, a família se mudou para Nova Esperança, no Paraná. Em 1956, o Sr. Pedro se candidatou a Prefeito de Nova Esperança. Vence a eleição e governa Nova Esperança de 1956 a 1960.

Na Prefeitura, construiu 32 escolas. Organizou ruas e estradas da Cidade e Município. Tapou os areiões com 70 homens usando terra roxa. Criou condições de trafegar nas ruas, implantando 40 mil metros de meio fio, tubos de água.

Iluminou a Cidade com os motores de 600hp. Comprou uma moto niveladora e fez 40 mil metros de asfalto. Instalou a escola técnica de contabilidade, cujo primeiro diretor foi Gerson Zanusso. Contou sempre com o apoio da Câmara Municipal.

Pedro Zanusso criou os filhos com dedicação, foram homens que honraram o nome Zanusso. O filho Basílio foi Deputado Estadual por 08 legislaturas e Gerson foi um dos Prefeitos que mais se destacaram na política.

As homenagens da Assembleia Legislativa a esse bravo homem, que muito honrou o Estado do Paraná. A solidariedade desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Ângulo pela passagem, no próximo dia 03/09/09, do seu 19º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Moisés Gomes da Silva, Prefeito interino, bem como a todos os Srs. Vereadores para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município de Ângulo.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejando compartilhar da alegria de toda a população de Ângulo, na significativa data da comemoração de seus 19 anos de emancipação política, parabenizamos todos augurando prosperidade e muito sucesso.

Nesta data tão especial queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra, continuam dando sua parcela de contribuição para o engrandecimento do seu Município e o bem estar de sua gente.

Cremos que as dificuldades, no decorrer desses 19 anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações foram em número expressivo.

Pois, é com muito orgulho que a população anguloense irá comemorar festivamente a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e todo o povo em geral que

tem colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em congratular-se com a população de Ângulo na importante data da comemoração de seus 19 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 3996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à União Paranaense dos Estudantes, pela posse da nova Diretoria eleita na comemoração dos 70 anos de sua história.

Solicito outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao Professor Dr. Paulo Moreira da Rosa Junior, para que receba e transmita aos demais companheiros de Diretoria.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A tradicional União Paranaense dos Estudantes (UPE) está comemorando 70 anos de sua fundação. Com a cerimônia de posse da nova Diretoria para a gestão 2009/2011, comandado pelo Presidente eleito, Professor Dr. Paulo Moreira da Rosa Junior.

A carreira da União Paranaense dos Estudantes, é, sem dúvida, trabalhosa, mas quão sublime e heróico não será o sacerdócio do magistério?

Arrancar almas à ignorância, iluminar espíritos imersos em trevas, semear nas consciências juvenis o amor à virtude e ao bem não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados à alguém que a ele possa se entregar?

Profissão que só encontra paralelo na do sacerdócio. Quem diz sacerdócio, diz sacrifício. Sacrifício esse que será compensado, não com as recompensas materiais, mas com a que encherá a alma, alegria essa que será eternamente o melhor dos galardões.

Aceitai, pois, Srs. Diretores da UPE para a gestão 2009/2011, os maiores, sinceros e respeitosos parabéns, com exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras. Avante sempre para um Paraná melhor.

São os votos sinceros da Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Parlamentar.

#### REQUERIMENTO Nº 3997

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Sr. José Sendeski Neto, ganhador do prêmio Empresário do Ano 2009, prêmio que lhe foi concedido por eleição realizada entre 26 entidades das áreas do Comércio e Indústria. José Sendeski Neto é pro-

prietário das Antenas Aquário e da Perfileve, empresas que empregam mais de 500 (quinhentas) pessoas. Casado, pai de três filhos, Sendeski é empreendedor exemplar, reconhecido pela sua capacidade de realização e pelo espírito humano com que dirige suas empresas. Nesse sentido, vale destacar que a empresa Antenas Aquário já recebe da Fundação Abrinq o prêmio de Empresa Amiga da Criança.

Por essa razão, esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização do Sr. José Sendeski Neto, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens a ele prestadas por ocasião da entrega desse prêmio de Empresário do Ano 2009.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Sr. José Sendeski Neto.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO Nº 3999

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de Cruzeiro do Oeste, o qual, entre os dias 13/08/09 e 04/09/09 estará celebrando o seu 57º aniversário. Os fundadores de Cruzeiro do Oeste, chegados em 1947, fixaram-se na região e dedicaram-se à agricultura, ao comércio e à indústria. Com a criação do Município de Peabiru, em 1951, desmembrado do de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, do novo Município. Três anos depois alcançava autonomia. A denominação atual originou-se de se ter iniciado o primeiro povoado, à beira de uma encruzilhada de estradas. Primeiramente conhecido como Cruzeiro, para diferenciá-lo de outros povoados com o mesmo nome, passaram os fundadores a chamá-lo Cruzeiro do Oeste. A efeméride será comemorada com uma série de atividades de 13/08/09 a 04/09/09, as quais incluirão inaugurações de obras, uma grande festa no Parque de Exposições local, inclusive com o tradicional rodeio, e se encerrará com a abertura dos Jogos Escolares no dia 04/09/09 no Ginásio de Esportes São Francisco de Assis.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Cruzeiro do Oeste, destacando sua história e o fato de ter se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Cruzeiro do Oeste, Sr. José Carlos Becker de Oliveira e Silva, o Zeca Dirceu, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO Nº 4017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Stefano Cattalini, fundador da empresa Cattalini Terminais Marítimos, em virtude da construção de um Aquário Marinho no Município de Paranaguá, que mesmo tendo sido julgada inocente pelo acidente (explosão do navio chileno Vicuña) pelo Tribunal Marítimo, a empresa Cattalini resolveu fazer este investimento que terá um retorno turístico, científico e ambiental extraordinário para o Município.

Requer ainda, envio de cópia ao congratulado.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

#### REQUERIMENTO Nº 4018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Dino Cattalini, fundador da empresa Cattalini Terminais Marítimos, em virtude da construção de um Aquário Marinho no Município de Paranaguá, que mesmo tendo sido julgada inocente pelo acidente (explosão do navio chileno Vicuña) pelo Tribunal Marítimo, a empresa Cattalini resolveu fazer este investimento que terá um retorno turístico, científico e ambiental extraordinário para o Município.

Requer ainda, envio de cópia ao congratulado.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

#### REQUERIMENTO Nº 4019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Cláudio Fernando Daudt, diretor-superintendente da empresa Cattalini Terminais Marítimos, em virtude da construção de um Aquário Marinho no Município de Paranaguá, que mesmo tendo sido julgada inocente pelo acidente (explosão do navio chileno Vicuña) pelo Tribunal Marítimo, a empresa Cattalini resolveu fazer este investimento que terá um retorno turístico, científico e ambiental extraordinário para o Município.

Requer ainda, envio de cópia ao congratulado.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

#### REQUERIMENTO Nº 4051

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Prefeitura de Maringá, através do Prefeito Sil-

vio Barros II, bem como à Câmara Municipal, através do Presidente Vereador Mário Hossokawa, em razão da classificação do Município de Maringá no ranking do Ministério do Trabalho, na condição de 25º Município que mais gerou empregos no País. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - Ministério do Trabalho, que divulgou a lista das cidades que mais ofereceram vagas formais nos primeiros seis meses do ano.

Com a abertura de 2 mil e 941 postos de trabalho, Maringá se classifica como a terceira Cidade do Estado comparando com número de habitantes. A primeira colocada é Curitiba com 6 mil e 385 postos, seguida por Paraíso do Norte com 3 mil e 211 empregos gerados.

Trata-se do reflexo dos investimentos na qualificação da mão de obra local, nos incentivos aprovados pela Prefeitura e pela Câmara Municipal. Enfim, é o sucesso da parceria empreendida pelo Poder Público e a iniciativa privada.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 4059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao 2º Grupamento de Bombeiros em Ponta Grossa, pelos 70 (setenta) anos de fundação, comemorados neste mês de agosto. Enalteçamos a competência e abnegação de todos os seus membros nessa nobre missão de salvar vidas e proteger o patrimônio dos cidadãos de Ponta Grossa e região.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para seu Comandante Ten. Cel. QOBM Cláudio Luiz Zanlucas.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 4060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações a banda Fresno, por ter sido escolhida a melhor banda no Prêmio Multishow, ocorrido na madrugada de hoje no Rio de Janeiro.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 4001

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Desembargador D'Artagnan Serpa Sá.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador D'Artagnan Serpa Sá, promovido por merecimento, com uma trajetória que teve início como funcionário de farmácia, culminando no Tribunal de Justiça do Paraná onde atuou na Vara de Execuções Penais, Família, como Juiz Eleitoral e em diversas comarcas. Mestre em Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tem grande capacidade na condução do processo judiciário e tem como princípio ético que a prestação jurisdicional correta, justa, imparcial, rápida e sábia é direito de todo cidadão e obrigação de todo Juiz, em qualquer grau de jurisdição.

#### REQUERIMENTO Nº 4002

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sandwiche Curitibano.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sandwiche Curitibano, que transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Com uma gastronomia rápida, saudável, conceitual, de esmerada qualidade e bem curitibana, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com o padrão e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência no bem servir.

#### REQUERIMENTO Nº 4003

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro Diniz.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro Diniz, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Paraná, instituição que representa de forma digna e ética, zelando pela fiel observância dos princípios e da disciplina da classe, demonstrando que os farmacêuticos estão a serviço do ser humano, promovendo, protegendo e recuperando a saúde individual e coletiva da população do Estado do Paraná. Seus atos frente ao conselho



incluem também a valorização dos profissionais e o consequente aumento na geração de empregos e renda.

#### REQUERIMENTO Nº 4004

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Tufy Karan Geara.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Tufy Karan Geara, Presidente da Associação dos Relojoeiros e Joalheiros do Estado do Paraná, instituição que representa de forma digna e ética, zelando pela fiel observância dos princípios e da disciplina da classe.

Seus atos frente a instituição incluem também a valorização dos profissionais e o consequente aumento na geração de empregos e renda, buscando ampliar, divulgar e defender a categoria, demonstrando a importância e a confiabilidade de seus associados.

#### REQUERIMENTO Nº 4005

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Jeannine Bianco Gabriel Rodrigues.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Jeannine Bianco Gabriel Rodrigues, professora formada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, atuante educadora que tem participação em projetos sócioeducacionais e movimentos religiosos ligados a Igreja Católica buscando a formação de jovens e lideranças.

Sua dedicação à comunidade é exemplo a ser seguido, cedendo parte de seu tempo para ajudar o próximo em campanhas de solidariedade, educando e na formação de cidadãos melhores.

#### REQUERIMENTO Nº 4006

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Comissão Organizadora da Festa de Nossa Senhora do Pilar.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Comissão Organizadora da Festa de Nossa Senhora do Pilar, em particular aos organizadores, Pe. Marcos José de Albuquerque e o casal Ana Eliza e Telmo Luis de Souza, realizadores de um evento religioso popular que é a expressão do sentimento inconsciente do povo. Uma festa que representa a espe-

rança em Maria para o mundo dos homens, com igualdade, propriedade e abundância para todos, semeando Maria e colhendo Jesus, crescendo no amor e no relacionamento fraterno.

#### REQUERIMENTO Nº 4007

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Monsenhor Estanislau Polakowski.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Monsenhor Estanislau Polakowski, Pároco do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, que dirige este local sagrado, determinado a cuidar de seus fiéis, para onde, por devoção, acorrem pessoas de todas as regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 “E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles”.

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, Monsenhor Estanislau demonstra em todos os momentos toda sua dedicação e amor ao próximo, anunciando o Evangelho a toda a criatura.

#### REQUERIMENTO Nº 4008

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Salero Carnes.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Salero Carnes, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela os mais profundos segredos das carnes, atraindo os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados, em ambiente agradável e acolhedor, enriquecendo o espaço gourmet do Park Shopping Barigui.

#### REQUERIMENTO Nº 4009

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Jornal da Massa.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Jornal da Massa, na pessoa de seus apresentadores e comentaristas Denian Couto,

Ruth Bolognese, Ernani Buchmann e Ogier Buchi, responsáveis pelo programa, sempre levando informação com credibilidade e isenção, respeitando seus espectadores e a comunidade em geral.

Focando suas matérias nas necessidades dos cidadãos, com total liberdade de expressão, divulgando as notícias do Estado com opinião embasada, de quem entende do que fala, demonstrando que a imprensa de qualidade é feita com a participação de toda a sociedade, com profissionais competentes e com a dedicação de seus colaboradores.

#### REQUERIMENTO Nº 4033

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ana Maria Baggio Molini.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Ana Maria Baggio Molini, Presidente da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer Lutamos pela Vida, dedica sua vida ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhe impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade de Ribeirão Claro.

Seu trabalho junto a entidade de combate ao câncer é de fundamental importância, sendo referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

#### REQUERIMENTO Nº 4034

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Maria Júlia Moreton.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Maria Júlia Moreton, Vice-Presidente da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer Lutamos pela Vida, dedica sua vida ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhe impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade de Ribeirão Claro.

Seu trabalho junto a entidade de combate ao câncer é de fundamental importância, sendo referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é

modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

#### REQUERIMENTO Nº 4035

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Edina Aparecida Sadeli Varoli.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Edina Aparecida Sasdeli Varoli, 1ª Secretária da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer Lutamos pela Vida, dedica sua vida ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhe impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade de Ribeirão Claro.

Seu trabalho junto a entidade de combate ao câncer é de fundamental importância, sendo referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

#### REQUERIMENTO Nº 4036

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Ivania Nogueira Barbuio.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Ivania Barbuio, 2ª Secretária da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer Lutamos pela Vida, dedica sua vida ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhe impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade de Ribeirão Claro.

Seu trabalho junto a entidade de combate ao câncer é de fundamental importância, sendo referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

#### REQUERIMENTO Nº 4037

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Silvane Saad.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Silvane Saad, coordenadora e responsável pelo conselho fiscal da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer Lutamos pela Vida, dedica sua vida ao semelhante, sempre levando aos necessitados, carinho, conforto e apoio para superar as dificuldades que a doença lhes impõe, seu desprendimento em favor de outros, é exemplo para toda a sociedade que reconhece na sua pessoa, um símbolo de amor, humildade e solidariedade, prestando relevantes serviços à comunidade de Ribeirão Claro.

Seu trabalho junto a entidade de combate ao câncer é de fundamental importância, sendo referência no voluntariado, seu desprendimento em ajudar o semelhante é modelo para as futuras gerações, um espelho para as almas grandiosas como a sua.

## REQUERIMENTO Nº 4038

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Carlos Henrique Molini.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Carlos Henrique Molini, Vereador eleito no Município de Ribeirão Claro, que realiza um excelente trabalho na área social da comunidade e na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia, ouvindo a população e levando suas reivindicações ao conhecimento de todo o Município, lutando para que sejam atendidas, promovendo assim, o progresso da Cidade e o bem estar de seus munícipes.

## REQUERIMENTO Nº 4029

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Dr. Gilberto Martin, solicitando do mesmo o credenciamento do Laboratório São Camilo, em Maringá, para os exames da Gripe A H1N1, haja vista que o mesmo tem condições de fornecer esses exames em prazo não superior a 24 horas.

A situação é grave e é urgente a providência para credenciar laboratório em Maringá, haja vista a importância da rapidez do diagnóstico. Nesta data mais duas mortes em razão da Influenza H1N1 foram registradas oficialmente em Maringá.

A demora nessa providência pode acarretar mais mortes e não há sentido nisso, quando existe estrutura disponível para atender nos exames, proporcionando condições de diagnóstico rápido.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 4049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, com fundamento no artigo 128 e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, esclarecer e requerer o que se segue:

- No dia 17/08/09 foi publicado pelo Governo do Paraná o Decreto nº 5230/09 (cópia como anexo), que trata de assunto tributário, qual seja, do pagamento com benefícios de débitos, inscritos ou não em dívida ativa, referentes ao ICMS, com fatos gerados até 30/06/08.

- O decreto teve por base autorização concedida pelos Convênios CONFAZ nº 11 e 65, ambos de 2009.

- Bem se sabe que a Constituição da República dispõe, em seu artigo 155, da seguinte forma:

“Art. 155 Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Assim, vê-se que *a priori* estes requisitos foram atingidos.

- Assim, tem-se ainda a Lei Complementar nº 024/75, que trata dos requisitos atinentes aos convênios a serem firmados, da forma que segue:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

- Em sendo assim, *a priori*, as condições constitucionais e legais estariam atendidas, para que uma lei viesse a dispor sobre o assunto. Assim é porque dentre outras disposições o decreto, como pode se inferir, trata do instituto da Anistia em matéria tributária, exigindo desde logo lei em sentido formal, como todo trâmite constitucional, para que possa ser aprovado, em homenagem também ao princípio da legalidade em matéria tributária.

- Deste modo, ciente da relevância do papel do Legislador Estadual, em sua precípua função de inovar a ordem jurídica, através de lei em sentido formal, bem como do papel desempenhando pelo colegiado na defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, encaminho-lhe respeitosamente a presente missiva, para que V. Exa., na condição de Presidente, e em nome deste colegiado, possa efetivar fiscalização nos demais entes da Federação, perquirindo acerca de atitudes similares a do Poder Executivo paranaense.

- Requeiro, de igual modo, manifestação expressa da instituição, acerca de eventual inconstitucionalidade ou ilegalidade na medida adotada no Paraná, com a publicação do decreto, haja vista propensa supressão do trâmite legal constitucional.

Na oportunidade, reitero meus votos de estima e admiração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO N° 4050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, com fundamento no artigo 128 e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, esclarecer e requerer o que se segue:

- No dia 17/08/09 foi publicado pelo Governo do Paraná o Decreto n° 5230/09 (cópia como anexo), que trata de assunto tributário, qual seja, do pagamento com benefícios de débitos, inscritos ou não em dívida ativa, referentes ao ICMS, com fatos gerados até 30/06/08.

- O decreto teve por base autorização concedida pelos Convênios CONFAZ n° 11 e 65, ambos de 2009.

- Bem se sabe que a Constituição da República dispõe, em seu artigo 155, da seguinte forma:

“Art. 155 Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Assim, vê-se que *a priori* estes requisitos foram atingidos.

- Assim, tem-se ainda a Lei Complementar n° 024/75, que trata dos requisitos atinentes aos convênios a serem firmados, da forma que segue:

Art. 1° As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

- Em sendo assim, *a priori*, as condições constitucionais e legais estariam atendidas, para que uma lei viesse a dispor sobre o assunto. Assim é porque dentre outras disposições o decreto, como pode se inferir, trata do instituto da Anistia em matéria tributária, exigindo desde logo lei em sentido formal, como todo trâmite constitucional, para que possa ser aprovado, em homenagem também ao princípio da legalidade em matéria tributária.

- Deste modo, ciente da relevância do papel do Legislador Estadual, em sua precípua função de inovar a ordem jurídica, através de lei em sentido formal, bem como do papel desempenhando pela UNALE na defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, encaminho-lhe respeitosamente a presente missiva, para que V. Exa., na condição de Presidente Nacional da UNALE, e em nome desta, possa efetivar fiscalização nos demais entes da Federação, perquirindo acerca de atitudes similares a do Poder Executivo paranaense.

- Requeiro, de igual modo, manifestação expressa da instituição, acerca de eventual inconstitucionalidade ou ilegalidade na medida adotada no Paraná, com a publicação do decreto, haja vista propensa supressão do trâmite legal constitucional.

Na oportunidade, reitero meus votos de estima e admiração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO N° 3960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando a sanção *in totum* do Projeto de Lei da Câmara n° 084/09 (CDPL 03969/00) que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 4010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Prefeito de Londrina, Barbosa Neto, solicitando que seja instalada uma Câmara Técnica em Londrina para tratar

do dinheiro do usuário do SUS Londrinense quanto ao acesso aos medicamentos de alto custo. Essa demanda foi identificada pelo Conselho Municipal de Londrina.

A importante questão deve ser debatida, visando a garantia do fornecimento de maneira ininterrupta, pela Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, conforme norma atual, e desta forma garantindo aos cidadãos o seu direito à qualidade de saúde.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a necessidade de apoio aos cidadãos de Londrina e Região. Do aprovado REQUER, ainda, cópia do presente requerimento ao Conselho Municipal de Saúde de Londrina.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO N° 4011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Abastecimento e Agricultura, Walter Bianchini, solicitando a aquisição de uma patrulha rural mecanizada para atender os agricultores de Sabáudia.

Os maquinários hoje se encontram quebrados ou sem funcionamento, tendo em vista o bastante tempo de uso, por isso a necessidade de atender os trabalhadores.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a necessidade de estimular a produção agrícola naquela região, gerando renda.

Do aprovado REQUER, ainda cópia do presente requerimento a Câmara Municipal de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO N° 4013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando os seguintes documentos e informações:

a) Se entre a Lei n° 15049/06 que reajustou os vencimentos do quadro de pessoal do Ministério Público em 2006 e a Lei n° 15914/08 que reajustou o quadro de pessoal do Ministério Público em 2008 houve algum ato normativo autorizando o reajuste de vencimentos para aquele quadro de pessoal:

b) Se não houve ato normativo, informar se durante a análise do projeto de lei que resultou na aprovação da Lei n° 15914/08 se verificou que as tabelas que reproduziam os valores pagos eram diversas das tabelas aprovadas na Lei n° 15049/06.

c) Informar em caso de ter havido a verificação citada, se houve explicação daquele órgão sobre a dife-

rença entre o valor dos salários aprovados e o valor efetivamente pago e qual o motivo da diferença.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 4014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, solicitando informações quanto à importação de um lote de vacinas contra a Raiva Canina sem registro no MAPA, com a devida autorização da Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários, subordinada à Secretaria de Defesa Agropecuária.

É de nosso conhecimento que o Decreto n° 5053 de 22/04/04 prevê esse tipo de autorização, quando se trata de situação que justifique o atendimento emergencial a programas sanitários oficiais. Entretanto, gostaríamos de solicitar ao MAPA que esclarecesse especificamente os seguintes pontos: 1) esta situação emergencial ainda vigora e o que a caracteriza? 2) Uma eventual nova importação não implicaria em ignorar o parque industrial brasileiro, cujas empresas e produtos estão devidamente registrados e em atendimento aos requisitos técnicos do MAPA?

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a necessidade de esclarecimento da questão através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO N° 4027

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que este forneça informações acerca da seguinte questão:

1) Quais são as obras, programas e/ou aquisições que o Governo do Estado deixará de realizar devido à perda de arrecadação oficialmente pelo Governo no dia 18 de agosto, e os respectivos Municípios atingidos? Especificar.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradecemos antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## REQUERIMENTO N° 4028

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, para que este forneça informações acerca da seguinte questão:

1) Qual foi a arrecadação mensal do ICMS incidente sobre a energia elétrica, gasolina, telefone, cigarros e bebidas alcoólicas nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009?

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradecemos antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## Projetos de Lei

## PROJETO DE LEI N° 408/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, sem direitos a indenizações, para o patrimônio do Município de Sarandi, de dois imóveis recebidos em doação daquela municipalidade, com as seguintes localizações:

1 - Matrícula 064, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva - rua Taí, nº 1166, Quadra 3B, Jardim Primavera - Sarandi/PR e

2 - Matrícula 4.102, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva - avenida Dom Pedro I, nº 336, Jardim Independência - Sarandi/PR.

Parágrafo Único. Os imóveis revertidos, pelo Estado do Paraná, ao Município de Sarandi, abrigarão a estrutura física do sistema Médico da Família.

Art. 2º As matrículas dos dois imóveis integraram esta lei na forma de anexo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

O Município doou os dois terrenos para o Estado do Paraná, sendo que um deles foi utilizado, por um período, para residência da Promotoria Pública. Referida residência está abandonada, depredada e não é mais interesse do Poder Judiciário a utilização do imóvel, conforme documento anexo.

O Protocolo 146.551/07, referido acima, põe fim ao termo de cessão de uso do imóvel do Jardim Independência, celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Associação Sarandense Defensora do Consumidor - ASDC.

Conforme prescreve o parágrafo único do artigo primeiro desta proposta legislativa, nos imóveis revertidos funcionarão as estruturas físicas do sistema Médico da Família.

## PROJETO DE LEI N° 409/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos para Evolução do Basquete - AAPE-BAS com sede e foro no Município de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada em 30 de janeiro de 2008, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada sob forma de associação civil, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na rua das Carmelitas, nº 1869, Boqueirão na Cidade de Curitiba/PR.

A Associação de Amigos para Evolução do Basquete é uma associação de caráter assistencial e esportiva, apartidária e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

A Associação de Amigos para Evolução do Basquete tem como objeto colaborar e decidir sobre as ações para assistência a crianças, adolescentes e jovens que estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, por meio do projeto Basquete Formador, aprimorando a prática desportiva e integrando a comunidade ao esporte; prestar assistência às crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, inserindo-os na comunidade e no contexto esportivo e social, discutindo e aprimorando as técnicas esportivas do basquetebol; promover entrosamento entre crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, professores, funcionários e membros da comunidade, por meio de atividades sociais, culturais e desportivas e gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhe forem repassados por meio de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho, com registro em livro ata.

A associação não percebem os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, a remuneração, as vantagens, ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título em razão de competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

A associação não distribui resultados, dividendos, bonificação ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma. Aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional.

Em anexo documentos e relatórios das atividades da Associação de Amigos para Evolução do Basquete - AAPEBAS, por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 410/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a utilização de jalecos, aventais, e outros equipamentos de proteção individual, utilizados por servidores, funcionários e profissionais da área da saúde, ao frequentarem estabelecimentos comerciais destinados a servir refeições, tais como bares, restaurantes e similares.

Parágrafo Único. Excetua-se desta restrição a permanência em estabelecimentos no interior de hospitais e clínicas médicas, assim identificados.

Art. 2º Para efeitos desta legislação compreendem-se como equipamentos individuais de segurança da área da saúde, todos os descritos na NR - 32, publicada pela Portaria GM nº 939, de 18/11/08.

Art. 3º Estipula-se uma multa no valor de 100 UFIRs, cobrada em dobro em caso de reincidência sucessivamente, a ser aplicada pela Vigilância Sanitária que ficará responsável pela fiscalização da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Infelizmente têm sido comum encontrar servidores da área da saúde em restaurantes, vestindo ou portando seus jalecos de trabalho, o que expõe não só os demais frequentadores do local, como também os próprios pacientes, afinal o jaleco pode ser um vetor de transporte de agentes químicos e biológicos que podem vir a ser prejudiciais à saúde de todos.

Para evitar que esta prática se torne mais comum do que atualmente, a presente proposição pretende além de conscientizar os usuários dos equipamentos de proteção individual (que são os tais jalecos) e coibir esta prática que é potencialmente prejudicial à saúde pública.

Assim, em vista do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI Nº 411/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a AFA - Associação Fraternidade Aliança, com sede e foro no Município de Foz o Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Fraternidade Aliança, fundada pelo Padre Arturo Paoli, em 26/07/91, transformou a vida do bairro Boa Esperança, na grande Porto Meira, em Foz do Iguaçu. Através de projetos sociais voltados para a comunidade, a entidade, sem fins lucrativos, desenvolve ações com o objetivo de criar um espaço para que a população recupere a autoestima e a dignidade como cidadão.

Vale dizer que iniciou o trabalho através da distribuição de leite e sopa para as famílias carentes do bairro. Atualmente a entidade desenvolve projetos para crianças e adolescentes, como o projeto A Casa da Criança que acolhem crianças que se encontravam nas ruas em situação de risco, perdidas e negligenciadas.

Por ser assim, espera-se o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 412/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Paranaense de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A associação ora tratada tem por finalidades preservar e incentivar o respeito aos direitos da criança e do adolescente.

A proteção à criança e ao adolescente é de natureza constitucional, conforme segue:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, também em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a associação vem desenvolvendo trabalho digno de reconhecimento, inclusive em nível estadual.

PROJETO DE LEI Nº 413/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 16128 de 08/06/09, que instituiu, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Pintor, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Pintura, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de agosto.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de corrigir a redação do artigo 1º da Lei nº 16128 de 08/06/09.

O objetivo do projeto de minha autoria, (nº 07/08) era instituir o Dia da Pintura, atendendo solicitação do Sindicato de Empresas no Ramo de Pinturas Residenciais, Comerciais, Industriais, Prediais, Metais, Madeiras, Letras, Decorações, Ornatos e Estuques do Estado do Paraná, mas a Comissão de Constituição e Justiça, através de emenda modificativa, alterou para o Dia do Pintor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 414/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 13 e seu parágrafo 2º de Lei nº 4543, de 31/01/62, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os Policiais Militares formados em Medicina, ou Farmácia ou Odontologia, por escola oficial ou oficialmente reconhecida, que contem pelo menos, 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado à Corporação poderão passar mediante requerimento e independente de concurso para o Serviço de Saúde.

§ 2º O Policial Militar, que satisfazer as exigências desta lei, será classificado no Serviço de Saúde, dentro da Q.A.S., no posto inicial, do qual será último integrante.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa proporcionar que Policiais Militares formados em Medicina, Farmácia ou Odontologia, por escola oficial ou oficialmente reconhecida e que contem pelo menos com 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado à Corporação possam passar mediante requerimento e independente de concurso para o Serviço de Saúde, sendo classificado no Serviço de Saúde.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 415/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia do Funcionário de Escola, a ser comemorado, anualmente, no dia 07 de agosto.

Art. 2º O calendário escolar da rede estadual de ensino incluirá o dia 07 de agosto como Dia Estadual do Funcionário de Escola.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários de escola obtiveram importante conquista no dia 07 de agosto próximo passado, quando da publicação da Lei Federal nº 12014, a qual reconhece os funcionários de escola - após realização de habilitação específica - como profissionais da educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A nova lei beneficiará mais de um milhão de trabalhadores em todo o País e cerca de 25 mil na rede estadual de ensino do Paraná.

A instituição do Dia Estadual do Funcionário de Escola, bem como a inclusão desta data no calendário escolar do Estado explicita o reconhecimento e valorização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que diariamente atuam em nossos estabelecimentos de ensino no processo educativo de nossas crianças, jovens e adultos.

O reconhecimento legal, ainda que tardio, portanto, dos funcionários de escola como profissionais da educação justifica a apresentação deste projeto de lei e possibilita à Assembleia Legislativa do Paraná ser pioneira nesta iniciativa.



PROJETO DE LEI Nº 416/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos e/ou unidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão realizar a separação do lixo reciclável produzido através de suas atividades.

Parágrafo Único. Entende-se por lixo reciclável ou material reciclável todo material que após ser utilizado pode ser reutilizado para fabricação de novos produtos, dando-se prioridade, para os efeitos dessa lei, aos materiais plásticos e aos derivados da celulose (papel, cartão e papelão).

Art. 2º O material reciclável produzido deverá ser acondicionado e armazenado de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela coleta de lixo e destinado à doação.

§ 1º A doação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser destinada preferentemente às Cooperativas de trabalhadores catadores de material reciclável, cuja finalidade principal seja a geração de trabalho e renda, associada à preservação ambiental.

§ 2º Na impossibilidade do atendimento ao parágrafo anterior, a doação deverá ser realizada para entidades assistenciais sem fins lucrativos, as quais tenham interesse de repassar o material reciclável a empresas de reciclagem, com o intuito de captarem recursos para suas atividades fim.

Art. 3º Aos órgãos e/ou unidades da Administração Pública Estadual caberá a aplicação desta lei, promovendo a orientação dos servidores e/ou usuários, bem como disponibilizando todos os meios necessários para a separação, acondicionamento, armazenamento e destinação do material reciclável.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A produção de resíduos sólidos é um dos grandes problemas ambientais enfrentados pela sociedade moderna, sobretudo devido ao padrão de consumo do modelo capitalista em vigor. Frente ao impacto ambiental causado pela produção do lixo e o grande contingente de pessoas desempregadas, a coleta seletiva e a reciclagem do lixo minimiza a degradação do ambiente e amplia a vida útil dos aterros sanitários, bem como possibilita a geração de trabalho e renda para milhares de famílias no Paraná, configurando-se uma alternativa importante na elaboração de políticas públicas.

Os diversos órgãos da administração pública estadual, em sua atividade cotidiana, produzem anualmente toneladas de “lixo limpo” que deve ser adequadamente destinado para a reciclagem, como forma de contribuir para as questões ambientais e sociais citadas anteriormente.

Na mesma direção da Lei Estadual nº 15696/07 a qual preconiza a utilização de papel reciclado no âmbito da Administração Pública Estadual, o presente projeto de lei pretende contribuir com ações que incidam diretamente na preservação do meio ambiente, bem como possibilitem medidas de alcance social como a geração de trabalho e renda.

Saliente-se ainda que o projeto de lei ora apresentado não acarreta aumento de despesas ao poder público, pois apenas disciplina a destinação dos resíduos produzidos normalmente no desenvolvimento das atividades dos órgãos públicos no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 417/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Medicina no *campus* de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Art. 2º As despesas da execução da presente lei decorrerão por conta do Orçamento Próprio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/08/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu é a quinta maior Cidade do Estado, com 325 mil moradores, pólo regional que inclui as Cidades de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, Ramilândia, Serranópolis do Iguaçu, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras. E que somados aos brasileiros residentes no Paraguai e na Argentina, a rede pública de saúde da microrregião atende cerca de 800 mil pessoas.

No entanto, conforme dados do Conselho Regional de Medicina do Paraná, existem 17 mil 682 médicos ativos no estado e a microrregião do oeste, com sede em Foz do Iguaçu, contribui com apenas 418 médicos, correspondendo a 2,36%. Parte desses profissionais - segundo dados de 2008 da prefeitura municipal são 138 - cumpre ainda outra jornada de trabalho no sistema público de saúde.

Dessa forma, constata-se a defasagem de 69,7% no quadro médico. A região também não possui a oferta de residência médica para capacitar os médicos, o que dificulta o atendimento e a ampliação por falta de especialistas.

A instalação do curso público de Medicina no *campus* da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) em Foz do Iguaçu trará uma contribuição decisiva para a melhoria no atendimento à população da região.

O curso de Medicina se tornará um pólo aglutinador de recursos humanos com competência técnica e qualificação acadêmica em torno dos problemas de saúde da região, além de catalisar forças da comunidade local em torno da pesquisa, produção de conhecimentos e apontamento de soluções criativas para os problemas de maior relevância social que hoje afligem a população local.

Além disso, o *campus* da UNIOESTE/Foz é bem estruturado, com sede própria, 13 cursos de graduação e cinco de pós-graduação, 400 professores, 2.067 estudantes, com condições e espaço para num curto prazo de tempo instalar os laboratórios e equipamentos necessários ao curso de Medicina.

Outro ponto de extrema importância para a instalação do curso, que tem a participação decisiva do Governo do Estado, é a construção do hospital regional de Foz do Iguaçu que poderá funcionar como hospital universitário como vai acontecer com o hospital regional de Ponta Grossa. O hospital regional de Foz já recebeu R\$8,5 milhões do Governo do Estado para suas obras e receberá outros R\$6 milhões para instalação de equipamentos.

Também temos o Hospital Costa Cavalcanti, com sua nova ala de atendimento materno, inovou com o atendimento do setor de oncologia que hoje é referência nacional e está qualificado nacionalmente. Essas duas estruturas hospitalares terão condições de abrigar as residências médicas do curso.

A instalação do curso de Medicina na UNIOESTE/Foz vai proporcionar ao Município, o Estado e a comunidade da região atender adequadamente os 800 mil moradores que, na sua maioria, dependem de um sistema público de saúde. Pesquisa recente em Foz constatou os principais problemas da população: a violência ficou em primeiro lugar, seguida do desemprego. A saúde pública ficou em terceiro lugar entre os principais problemas enfrentados pela população. Diante disso, junto com todas as outras ações mencionadas, vem a solucionar o problema da saúde pública a médio e longo prazo em Foz e na região.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

(Ausente)

Próxima oradora inscrita é a Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Uso a tribuna neste dia para deixar a minha posição em relação ao projeto que iremos votar depois, a questão do combate ao cigarro, ao fumo. Sou totalmente favorável ao projeto. Sinto que neste momento não é só ser simplesmente contra o cigarro, mas sim em favor da vida. Por isso vamos votar favorável ao projeto.

O assunto que me traz à tribuna nesta tarde é com relação ao que aconteceu no Município de Clevelândia, no Sudoeste do Paraná, na Fazenda Moraes, da OVEPAR. Hoje tem lá 27 famílias, há seis anos acampadas, e vêm cuidando do reflorestamento que existe. No último sábado, dia 15, tivemos um conflito nesta fazenda, onde pessoas que foram colocadas ali por fazendeiros e madeireiros, foram armados ameaçando as famílias que lá vivem, que continuam com a retirada da madeira. Isso já havia sido denunciado há um bom tempo e continua existindo. No sábado houve um confronto entre as famílias acampadas e as pessoas colocadas pelos madeireiros.

Quero aqui fazer justiça e agradecer todo o apoio que tivemos. No início, por ser um sábado à noite, tivemos dificuldade de entrar em contato com a Polícia. Mas depois disso tivemos um apoio, com todo um trabalho realizado. Primeiro, ao Major Oiti, de Pato Branco, que colocou toda equipe à disposição; ao Capitão Eraldo e ao Coronel Rosa, da Força Verde, que colocaram a equipe também nesse acampamento, na fazenda; ao Coronel Amaro; ao Secretário da Segurança, Delazari - tivemos uma audiência na segunda-feira, eu, o Deputado Tadeu Veneri e o ouvidor do INCRA, Vinícius, para pedir apoio junto ao seu assessor, Júnior. Houve também uma reunião com os Coronéis Amaro e Rosa, na qual colocaram toda a equipe à disposição. Eles conseguiram amenizar o problema que estava existindo. Agradecer também ao delegado Joel, que é chefe da Delegacia de Guarapuava.

Então, estas pessoas todas estiveram envolvidas, nos ajudando a evitar um confronto maior que poderia ter existido por parte de pessoas armadas dentro dessa fazenda, que assustavam, que amedrontavam os sem-terra que lá vivem há cerca de seis anos. Esta fazenda está praticamente sendo desapropriada pelo INCRA e claro que as pessoas que lá vivem não queriam a retirada dessa madeira. Essa madeira está sendo retirada de uma forma que nos questionamos muito, porque é principalmente à noite, de madrugada, e então estamos questionando e agora a Polícia vai investigar melhor esses fatos, até para saber se tem irregularidade diante disso ou não, e acreditamos que tem.

Então, estamos pedindo todo o empenho da Polícia. Mas, quero publicamente agradecer o apoio que tivemos na negociação, principalmente nesse apoio com a Polícia aqui do Paraná, que estive no local acompanhado e evitando um confronto maior, um conflito entre as famílias.

E também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Rosane, um fato que nos deixa bastante triste é que no Município de Francisco Beltrão tivemos, no sábado, a comprovação da primeira morte pela Gripe A, infelizmente, uma menina de 13 anos, que foi estuprada no início do ano e estava grávida de sete meses. A própria mãe comentou que ela escondeu a gravidez, até porque nem sabia direito o que estava acontecendo com ela, e acabou nem escondendo a gravidez até o quinto mês, e infelizmente pegou a Gripe A e veio a falecer no sábado, o que nos deixa bastante triste a morte dessa menina e a forma como tudo isso aconteceu.

Então, fica aqui a nossa solidariedade à família da Maria Goreti, estamos solidários pela perda da sua filha e também pela forma como foi, Deputada Rosane, muito triste pelo fato como se deu.

Agradeço, Sr. Presidente, agradeço, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

### ***Deputado Chico Noroeste (PR)***

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

Sr. Presidente, utilizo à tribuna na tarde de hoje nesta Sessão, para tecer também meu comentário referente aos projetos que vamos votar daqui a pouco que restringe o fumo no Estado do Paraná, ou seja, o projeto que proíbe as pessoas de fumarem em ambientes coletivos, sejam eles públicos ou privados.

Mas, em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui enaltecer a abertura que a Mesa deu para que aqueles que são contra, aqueles que são a favor, virem e demonstrarem as suas posições para os Deputados, para o Parlamento e por que também não dizer para toda a sociedade paranaense. Quero dizer que já tinha a minha posição firmada, a minha opinião formada que era e que é votar do projeto que restringe o fumo no Estado do Paraná.

Portanto, a nossa posição é esta e tenho certeza que da maioria dos Deputados nesta Sessão, nesta tarde de hoje é aprovar este projeto que proíbe fumar em ambientes coletivos, sejam eles públicos ou privados. Quero dizer que assisti todos os debates e estes debates, tanto o de ontem como o de antes de ontem, foram muito bons para que pudéssemos fortalecer aqui nossas posições, até porque prestei muita atenção, o que permitiu que pudesse formar a minha opinião e firmar aqui a minha posição. Prestei muita atenção na tarde de ontem, quando um dos oradores disse que quando se anda de avião, por ser duas, três horas, as vezes um dia inteiro, às vezes uma noite inteira e nos aviões é proibido fumar. Lá eles suportam esse período, portanto acho que não é difícil para aqueles

que fumam hoje quando vão num bar, num restaurante ou num shopping suportar este período, até porque acho que é um pequeno período.

Vejo que é um projeto relevante, importante e vem de encontro com os valores familiares, vem de encontro com a Saúde Pública do Estado do Paraná e do Brasil, porque uma vez que se restrinja as pessoas de fumar, acredito que se deixa de facilitar. É algo que prejudica as famílias e não podemos facilitar, temos que, se pudermos, complicar um pouco, porque prejudica a Saúde da população. Certamente aquelas pessoas que fumam, ontem nós observamos, adoecem e diminuem seus anos de vida. Depois é um projeto que não prejudica o Estado, não prejudica o País porque embora se arrecade impostos, mas a arrecadação fica muito aquém daquilo que se gasta, daquilo que é destinado no orçamento do Estado do Paraná para a Saúde Pública com doenças originárias do fumo.

Quero dizer, que estou de acordo com a emenda que vamos aprovar, ou pelo menos vai ser apreciada nesta tarde, que faculta ao Estado dar o tratamento terapêutico e remédio para as pessoas que desejarem parar de fumar.

Outra posição que quero deixar aqui é a relação ao fumódromo: sou contra! Sou contra, porque assim se estaria facilitando, e não se pode facilitar às pessoas fumarem e não estimular, facultando assim às empresas comerciais a construírem estes locais para que as pessoas possam ali fumar.

Portanto é essa, Sr. Presidente a nossa posição, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna para fazer uso do Pequeno e Grande Expedientes na Sessão de hoje. O primeiro diz respeito à aprovação das contas do Governo do Estado, ontem, pelo Tribunal de Contas, com uma série de ressalvas, determinações e recomendações. As mesmas que já foram feitas nos anos anteriores.

Quero apenas me ater a um item. Deputados Neivo Beraldin, Dobrandino, Tadeu Veneri, apenas a um item, que se chama ParanaPrevidência. A ParanaPrevidência, tantas vezes discutida aqui no plenário, sempre lembrada nas Audiências Públicas que acontecem aqui na Casa, quando vem a Secretaria da Fazenda expor as metas físicas e orçamentárias do quadrimestre do ano no Estado do Paraná, e também o comportamento orçamentário.

Pois bem, como nós Deputados, a sociedade do Paraná e a imprensa do nosso Estado lembraram um pouco como é que a ParanaPrevidência foi criada, quando ela foi criada lá na década de 90, ela foi elaborada por técnicos altamente especializados e teve alguns critérios que deveriam ser seguidos.

Por exemplo: funcionário do Estado, civil, militar, seja qualquer um dos Poderes ou órgãos do Estado do Paraná, deveriam contribuir com a parte patronal, que é o Governo do Estado, e a parte do empregado, que é descontada em folha. Além dessa contribuição, o Paraná buscou capitalizar a ParanaPrevidência de certas formas, com antecipação dos royalties, e o dinheiro todo foi jogado na ParanaPrevidência. Além disso, foi ainda formalizado para que a ParanaPrevidência não viesse na insolvência no futuro, mas que se tornasse um fundo previdenciário estável e com uma sobrevivência garantida.

Foi criada uma tabela também que o Estado do Paraná, além de contribuir com a sua parte patronal, deveria o Estado contribuir também com aquilo que é descontado dos funcionários. Além disso, mais 21,93% sobre a folha de pagamento para capitalizar a ParanaPrevidência. E aí tinha o prazo de quatro anos, ou seja, de abril de 1999 a abril de 2003. Aí, mais uma carência de dois anos, e deveria começar a recolher em maio de 2005.

Srs. Deputados e principalmente funcionários do Paraná, a partir de maio de 2005 o Governo do Estado deveria recolher para a ParanaPrevidência 276 parcelas mensais, o correspondente apurado sobre a folha de pagamento. Srs. Deputados, nada foi recolhido. E o Tribunal de Contas, no ano passado, através do relator Conselheiro Heinz, este ano o relator foi Caio Soares, em 2007, outros relatores do Tribunal de Contas.

Mas vamos pegar apenas aquilo que foi recomendado no ano passado, aquilo que foi determinado ao Governo do Estado, pelas notas e por aquilo que foi escrito pelo próprio Conselheiro, e o Governo do Estado teria que sanar as pendências junto com a ParanaPrevidência.

O Governo do Estado do Paraná não contribuiu e não seguiu as determinações do Tribunal de Contas. O que aconteceu na Sessão de ontem, lá no Tribunal de Contas, uma Sessão Especial e Extraordinária, o Tribunal de Contas apurou, Srs. Deputados, sociedade do Paraná e funcionários públicos do nosso Estado, apurou um déficit de R\$ 245 milhões, ano de 2008.

Vamos entender, e sabemos o que é isso, mas vou dizer para a sociedade do Paraná o que é o déficit de R\$ 245 milhões, só no ano passado. Quero dizer o seguinte: ParanaPrevidência gastou, desembolsou R\$ 245 milhões a mais do que ela arrecadou. Isso trouxe para o nosso Estado e para a ParanaPrevidência um desequilíbrio financeiro. Imaginem, se em 2008 o déficit foi de R\$ 245 milhões, quanto vai ser este ano? Quanto será no ano seguinte? Dessa forma vai se dilapidar o fundo, o patrimônio, os ativos que existem no fundo previdenciário da ParanaPrevidência.

Srs. Deputados, diga-se de passagem, quando a ParanaPrevidência foi criada, na década de 90, ela foi referência, foi modelo de gestão e modelo de fundo previdenciário no nosso Brasil. Outros Estado, outros Municípios, vieram e copiaram.

Quero dizer, mais uma vez, nesta tribuna hoje, a grande mídia, a televisão, as grandes redes de televisão, em 2002, 2003, 2004, citaram a ParanaPrevidência como exemplo e como modelo para a sobrevivência administrativa da máquina pública do nosso País.

Ora, um fundo previdenciário que serviu de modelo, que serve de modelo, da forma como foi concebido e da forma como estava sendo injetado e os aportes estavam sendo feitos desde 2005, nada mais tem acontecido.

Qual é a dívida real, hoje, do Governo do Estado com a ParanaPrevidência?

Srs. Deputados, a ParanaPrevidência é coisa séria. É preocupante. Estamos votando hoje a Lei do Fumo. Temos aqui a Lei do IPÁGUAS, mas não podemos esquecer, Srs. Deputados e cara sociedade do Paraná, a garantia dos funcionários públicos do nosso Estado, seja os professores, seja da área da Saúde, seja a militar, seja da civil. Se continuar do jeito que está, Srs. Deputados, daqui a 10, 15, 20 anos, não sei quando, teremos uma ParanaPrevidência totalmente descapitalizada, sem saldo, que não vai conseguir para os seus inativos, os seus aposentados e os seus pensionistas. Por que não vai conseguir? Não vai conseguir porque não está se cumprindo com aquilo que determina a lei. Não está se cumprindo com aquilo que o Tribunal de Contas recomenda e determina para o Governo do Estado.

Cabe a nós, Srs. Deputados, aqui na Assembléia, nesta tribuna, fazer essa denúncia, alertar os funcionários do Estado do Paraná. É a vossa sobrevivência, é a vossa garantia.

Aí o Governo pode fazer: “Mas a ParanaPrevidência é do Estado. Na hora de faltar recursos o Governo do Estado vai alocar recursos e vai fazer o aporte belo e formoso. Como vai ficar com os ativos da época? Vão retirar os ativos, ao invés de dar aumento para ele. E para jogar onde? Para cobrir a conta. Por culpa de quem? Por culpa desse Governo que não cumpre com o que está escrito na lei, que não cumpre com aquilo que foi formalizado quando foi constituída a ParanaPrevidência.

### ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

Desculpe-me Srs. Parlamentares, mas temos que olhar com muita atenção esse lado. Não é possível que um fundo previdenciário, que serve de modelo, daqui a 10, 15 anos não estaremos mais aqui na Casa, e alguém vai dizer: “Mas ninguém se preocupou com os funcionários? Ninguém se preocupou com o fundo previdenciário? Ninguém levantou essa questão para cumprir e fazer o Governo cumprir com as determinações?”

Ora! O que cabe a nós Parlamentares é fiscalizar, e é isso que estamos fazendo. Mas cabe ao Governo executar aquilo que determina a lei.

A ParanaPrevidência, volto a dizer, mais uma vez, é uma questão preocupante. Não para a próxima eleição, nem para daqui a quatro, cinco anos, mas da forma como

está indo, daqui a 10, 15 anos alguém vai cobrar dos Deputados e alguém vai cobrar dos governantes que eram governantes ou legisladores na época.

Estamos fazendo a nossa parte e, com toda certeza, esse assunto será motivo para muitos debates aqui nesta Casa.

Queremos sim, o bem do Estado do Paraná, mas queremos a viabilidade administrativa do nosso Estado para os futuros Governos e não só pensar na eleição de 2010, 2014, 2018. Vamos pensar naqueles funcionários que estão hoje no Governo do Estado, cinco anos, 10 anos ou aqueles que vão se aposentar daqui a cinco, 10, 15 anos e que vão viver muito tempo. Eles precisam desse lastro, precisam desse fundo na ParanaPrevidência.

Esse é um assunto, Sr. Presidente que trago aqui na Casa hoje. Não tenho ainda em minhas mãos o voto e o parecer final do Tribunal de Contas da Sessão de ontem. Mas tenho comigo sim, o parecer, o voto o relatório em reação a ParanaPrevidência de 2008, que quando se votou as contas de 2007, como tenho aqui em todos os jornais do Estado do Paraná, que traz estampado também aquilo que acontece com a ParanaPrevidência e também em outros setores.

Apenas um item da ParanaPrevidência. O Tribunal de Contas não é recomendação, mas é determinação sanear a dívida do Governo do Estado junto com a ParanaPrevidência, para que amanhã depois não tenhamos um segundo IPE no nosso Estado do Paraná. IPE que era para os funcionários, que o Governo contribuiu, faliu acabou e quem se lascou foram os funcionários.

Outra questão que gostaria de levantar, são dois assuntos: ano passado quando discutíamos a questão da reforma tributária em nosso Estado, levantamos a questão da crise, falamos que não poderíamos esquecer que o Brasil, o mundo estava vivendo uma das maiores crises que estava nas nossas portas. O Brasil não seria uma ilha, o Brasil não estaria isolado dessa crise que estava batendo o Continente.

O próprio Presidente da República disse que poderia ser uma marola e depois da marola virou uma onde, virou um tsunami e a crise veio para o Brasil, claro que veio, não dá para esconder isso.

O que quero chamar atenção dos Srs. Deputados é aquilo que o Governo do Estado está anunciando e os jornais hoje estão estampando: "Crise chega ao Governo do Paraná. Governo do Paraná arrecada menos".

Ora! Sei que a crise chegou, o Governo do estado arrecada menos. Está aí nos jornais hoje. Mas, o Governo apenas fala da diminuição da receita do FPE - Fundo de Participação do Estado.

Vamos para os números: em 2008 o Governo do Estado teve o repasse de R\$ 639 milhões e neste ano foram R\$ 605 milhões. São R\$ 34 milhões a menos. Agora, por que o Governo do Estado, na mesma nota, não diz que com o ICMS do ano passado, no primeiro semestre, o Governo do Estado arrecadou R\$ 5 bilhões e 640 milhões e que neste ano ele arrecadou R\$ 5 bilhões e 835

milhões no primeiro semestre? São R\$ 195 milhões a mais. Está no site e qualquer um pode verificar. E isso ninguém, fala! Por que o Governo não diz que arrecadou R\$ 195 milhões a mais de ICMS quando fala que arrecadou R\$ 34 milhões a menos no FPE? E às custas de quem, Srs. Deputados? Às custas do consumidor, do paranaense, na reforma tributária.

E falávamos que a reforma tributária só tinha o objetivo de engordar e arrecadar mais para o Governo do Estado. Os produtos, todos sabem que alguns reduziram, mas cadê a redução de 95 mil itens? Já mostramos aqui, comparamos produtos que aumentaram desde o início do ano para agora, em julho. Mostramos produto por produto e, não falamos em qual loja estava sendo comercializado e não vamos falar até para preservar as empresas, mas é uma coisa que o Governo, o PROCON não fez e deveria ter feito.

Mas, nós, com a nossa assessoria, fizemos e levantamos de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho. Fizemos o levantamento e está estampado aqui. Por que o Governo do Estado, quando fala que a crise chegou e que ele arrecadou menos no FPE, por que o Governo do Estado não fala que o total do IPVA arrecadado no primeiro semestre do ano passado foi de R\$ 828 milhões e que este ano foi de R\$ 970 milhões? Também está no site, é só pegar, acessar e olhar. São R\$ 141 milhões a mais. Vamos dividir por dois, porque 50% é do Estado e 50% é do Município. O Governo do Estado arrecadou R\$ 70 milhões e 935 mil a mais de IPVA em relação ao ano passado. Só se diz que se arrecadou 3% a menos de FPE, o que representa R\$ 34 milhões. É bastante dinheiro? É muito dinheiro, mas não se fala quanto se arrecada a mais. E por que não se diz que se arrecadou mais em IPVA? Porque aumentou a frota, aumentou o valor venal do veículo, que você aplica a alíquota. E por que não se fala que aumentou o ICMS? Porque aumentou em quase 8% o ICMS - não são 2%, porque é só fazer o cálculo de 26% para 28% e de 27% para 29%. E sobre quais produtos? Sobre cinco itens que representam 60% da receita do bolo total do ICMS do Estado do Paraná. É lógico, que sabemos, estamos na crise, mas qual é a maior receita do Governo do Estado? É o ICMS e lá ele arrecadou R\$ 195 milhões a mais do que no primeiro semestre do ano passado. E qual é a outra receita maior? É o IPVA, onde arrecadou R\$ 70 milhões a mais. E aí, sim, vem o FPE, o Fundo de Participação do Estado, que arrecadou R\$ 34 milhões a menos do que no ano passado.

Mas, só se fala daquilo que interessa ao Governo e, não se fala para a sociedade do Paraná que ele teve aumento na receita por causa de reforma tributária, que foi votada aqui contra a nossa vontade e contra a vontade da maioria da população do Paraná. E cadê a fiscalização? Por que o PROCON não vai a campo? Por que não se mostra para a sociedade quanto se arrecadou?

Desculpe-me, Deputado Tadeu Veneri, sei que meu tempo está no final e se V. Exa. quiser um aparte, mas são dois assuntos que achei de extrema importância, de suma

importância, que deveria ser levantado aqui na Casa. Uma é a crise que vivemos. Sim, sabemos que as despesas, o custeio do Governo do Estado aumentou. Sabemos, sim. Mas, então, quando se vai dizer que diminui a receita, diga também em quanto se aumentou nos outros impostos e taxas no Estado.

A outra questão que eu gostaria de pedir, novamente, ao Governo do Estado e aos funcionários do Estado do Paraná, mas de uma forma muito especial aos Srs. Parlamentares, a ParanaPrevidência preocupa. Não para nós, que estamos hoje, aqui, na Assembleia. Mas, preocupa para o futuro, nos preocupa para os funcionários que estão na ativa. Vamos cumprir a lei e fazer com que o Governo do Estado, efetivamente, execute aquilo que o Tribunal de Contas tem determinado na Sessão de ontem e também em anos anteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Na semana que passou, comentei a respeito de um projeto que está nesta Casa, o de nº 219/09, a respeito do estágio probatório e também a respeito de uma situação específica que estamos acompanhando. Conversei, inclusive, com alguns Deputados da Cidade de Ponta Grossa, os Deputados Péricles de Mello, Marcelo Rangel, falei há pouco com o Deputado Jocelito Canto, que é especificamente a questão de centro de socioeducação de Ponta Grossa. São aqueles centro para a educação ou para ressocialização de crianças e jovens.

Pois bem. Tivemos, sei que V. Exa. trabalha com crianças, também trabalha com jovens, tivemos na Cidade de Ponta Grossa uma situação inusitada. Terminado o período de estágio probatório, de três anos, tivemos no Paraná 30 servidores dos quase 2 mil que temos, 30 que foram colocados como insuficientes no seu período, a sua avaliação. Embora esta avaliação tenha sido feita ao término dos três anos e não, inclusive, como seria o correto, a cada seis meses ou a cada ano e meio, para que pudessemos fazer as correções e o acompanhamento.

Eu acompanhei. Vi como foram feitas algumas avaliações. Insuficiente, insuficiente, sim ou não, uma série de itens absolutamente subjetivos. Mas, para minha surpresa, dos 30 insuficientes, 20 estão em Ponta Grossa. Dos 20, deste universo de 30 pessoas, tivemos 20 em Ponta Grossa. E destes 30, 10 foram exonerados. E para surpresa nossa, dos 10 exonerados, seis são de Ponta Grossa. Aí chego à conclusão de que alguma coisa não está correta.

Fomos falar com a Secretária Telma, acompanhando inclusive de três das pessoas que foram exoneradas e surpreendentemente uma destas pessoas colocou: “Dra. Telma, eu não tive nenhuma advertência até quatro dias antes de encerrado o estágio probatório. Quatro dias antes de encerrar o estágio probatório, sentei com o chefe da unidade, fizemos a avaliação. Ele fez a avaliação e me colocou como insuficiente, porque eu dava sugestões, mas não dava soluções. Foi isso o que vi escrito na avaliação.”

A Dra. Telma falou: “Deve ter outras coisas”. Ele falou: “Não tenho uma falta, não tenho um atraso, em três anos, não tenho uma advertência. A única coisa que fiz foi questionar a direção se eram corretos alguns procedimentos, como aconteceu com os meninos que estão lá há algum tempo, que estão contidos, e de que forma foram contidos.

Agora, fico pensando: se numa Cidade você tem 90 funcionários, 20 são considerados insuficientes; destes 20, seis são exonerados. Ora, alguma coisa está errada! Ou com o método de avaliação, ou então conseguimos concentrar numa única unidade todos os funcionários insuficientes do Paraná inteiro. O que é absolutamente improvável, até estaticamente.

Então, temos uma situação que queremos discutir. Vou visitar a unidade, inclusive. Já falei com o Deputado Jocelito Canto, falei com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, há uma série de situações que aconteceram que devem ser corrigidas, inclusive com contenção de meninos durante 48 horas, e dessas 48 horas, praticamente 12 horas ficaram algemados, alguns ficaram nus, outros ficaram só de cuecas, dois dias e meio, a quatro graus, porque era uma punição que se fazia de não sair dali sem autorização da chefia, mesmo com os educadores sociais sabendo que aquilo era irregular, de terem pedido, por escrito, que fosse dito isso e não ter sido isso.

Então, quero colocar isso aqui desta tribuna, porque fui muito bem recebido pela Dra. Telma, mas acho que essa situação não pode ficar restrita. Não é uma questão política, partidária, mas é uma questão de Oposição, de Situação; mas é uma questão de direitos humanos. Não podemos admitir, Deputado Dobrandino, V. Exa. que foi Líder do Governo e sempre teve uma sensibilidade muito grande, inclusive com os servidores públicos, não podemos admitir que estágio probatório, quando faltam três ou quatro dias para que sejam encerrados os estágios, seja feita a avaliação e a pessoa saiba da sua exoneração posteriormente. Algumas dessas pessoas foram saber que estavam exoneradas já depois disso ter acontecido, não foram chamados para ver o porquê de serem exonerados.

Ora, não vivemos num estado de exceção, e tenho certeza absoluta que o Governador Requião, pela forma como trata, tanto os servidores públicos e principalmente a relação que ele tem no que diz respeito a crianças, a adolescentes, a estas relações que são muito delicadas, muitas vezes, porque sabemos que não são meninos e

meninas que estão em plena condição da sua cidadania, e ninguém aqui está dizendo que isso acontece, mas já estão cumprindo uma medida sócioeducativa por determinação judicial, não é preciso que sejam penalizados duas vezes, assim como não é possível que os servidores, muitas vezes sem saber sequer como está sendo feito o seu trabalho durante dois anos, 11 meses e 15 dias, ao término dos 15 dias sejam considerados insuficientes e exonerados posteriormente.

Acho que estaremos nos próximos dias diante de medidas, inclusive não sei se serão acatadas ou não, de mandado de segurança para essa reintegração que acarretará ônus para o Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente.

Vou pedir licença, não desmerecendo o assunto mais importante que votaremos hoje, que é o projeto que restringe as áreas de fumantes no Estado do Paraná, mas como na última semana, Deputado Neivo, estivemos concentrando a atenção em buscar um acordo que efetivamente foi convertido no acolhimento de uma subemenda em relação ao benefício do não pagamento pelo uso da água pelos produtores do Paraná, na verdade passou meio que despercebido, mas não a tempo de buscarmos junto a esta Casa a reparação, que entendo gravíssimo.

E quero aqui, ao contrário do que alguns pensavam que eu ia dizer: o Secretário está errado. Acho que qualquer Secretário, e não será apenas ele, qualquer Secretário da Fazenda do Brasil fará a mesma coisa, se o requerimento que eu apresento na tarde de hoje lograr êxito. Acredito que não. Eu apresento dois requerimentos, um para que, se aprovado pelo Plenário, chegue a comunicação ao Presidente do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas, o Deputado Alberto Pinto Coelho; e o outro ao Presidente da UNALE. Por que isso? Porque me espantou a notícia de que os Secretários da Fazenda dos Estados, que se reúnem no CONFAZ, fizeram um acordo para que todas as Unidades da Federação pudessem fazer um parcelamento. Esse acordo foi concedido com base na Lei Complementar n° 024, e essa lei diz respeito aos benefícios fiscais. Essa lei é feita por decreto e concede desconto de 95% de multa e 80% dos juros para quem pagar à vista, e depois vai reduzindo esses descontos. Isso nada mais é do que anistia, ou então remissão de créditos que o Estado tem. Ocorre que a legislação é bem clara, que qualquer anistia só pode ser concedida através de lei.

Hoje, lendo o decreto que o Governo do Estado editou no último dia 17, fiquei mais perplexo ainda, porque diz que os débitos poderão ser pagos através da compensação de créditos tributários que estejam na contábil. Uma coisa eu sei, todos recebemos um pedido do sindicato patronal falando de algo que hoje aflige todos os produtores do Paraná, que são os créditos dos insumos, que ficam, convertem numa ficha de atualização de controle de crédito, e ninguém quer comprar. Por quê? Porque o Estado não está aceitando a transferência de crédito e os agricultores ficam com esse crédito podre. Os créditos dos agricultores não estão aqui como uma possibilidade. Se viesse para esta Casa iríamos corrigir. Infelizmente, não deslumbramos esse decreto antes dele ser editado. Nele está previsto que todas as dívidas, até 30 de junho deste ano, construídas ou não em ajuízamentos, poderão ser pagas ou parceladas. Se permitirmos, sem o devido esclarecimento, que o Estado do Paraná, e muito provavelmente todos os Estados façam isso esse ano, no ano que vem também o farão. Nessa notícia diz que o Governo Federal também fará isso. Espero que também não faça através de decreto, porque estaremos flexibilizando uma necessidade constitucional e legal de toda e qualquer anistia ou perdão de dívida que seja em virtude de lei.

Quando o legislador fez isso, fez, justamente, para evitar que apenas os “amigos do Rei” possam ser beneficiados. Não estou dizendo que isso ocorreu no Paraná. Mas se fez, fez com base na autorização do CONFAZ. Mas o CONFAZ não pode passar por cima da lei e autorizar os Secretários da Fazenda, por decreto, instituírem parcelamento que, embutidos nesses parcelamentos, estão anistiados boa parte dos valores que o Estado tem para receber.

Não somos contra, até porque é de praxe, apesar de ser um desrespeito a quem paga em dia, todo final de Governo se venha uma anistia, um parcelamento. Sempre ocorre isso, ocorreu no final do mandato passado. Na verdade, este ano veio um pouquinho mais cedo, não sei qual o motivo, mas não é porque tem essa autorização do CONFAZ que o Governo tem que atropelar o processo e fazer via decreto. Não custaria nada, até porque, enquanto estou aqui, nunca foi negada uma autorização legislativa para que o Governo do Estado fizesse REFIS, parcelamento ou anistia.

Não custava nada ter feito o devido processo legal. Estranha-me ter feito às pressas como foi feito esse decreto. Não que aqui alguém se oponha. Eu mesmo já me declaro favoravelmente, apesar de discordar que é um desrespeito a quem paga em dia, você, de quatro em quatro anos, perdoar todos os juros, todas as multas e ainda flexibilizar o pagamento para quem não pagou em dia. No entanto, já é costume no Estado do Paraná. Não é este Governador, os anteriores já fizeram. Agora, não podemos permitir que, por decreto, isso se aplique no Estado do Paraná, até porque esta Casa é constituída de 54 representantes do povo do Estado do Paraná.

De repente, temos que contribuir, até para que se melhore este texto, porque neste texto está aceitando crédito de ICMS quando, também, já que é uma dívida do Estado, aceitar aquela dívida que ele tem em relação aos pequenos agricultores.

Toda vez que vem uma lei para esta Casa tem que ter o impacto financeiro, a previsão que isso não vai afetar. E como vamos saber, já que esse decreto está em vigor, se ele não vai abalar as contas e a economia do Estado do Paraná? Quando uma lei é votada aqui, tem que cumprir o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, por decreto não se cumpre nada.

Nesse sentido, Sr. Presidente, abreviamos o processo e aprovamos, por unanimidade, hoje, na Comissão de Finanças desta Casa, um pedido de esclarecimento ao Secretário da Fazenda, para que ele informe à Comissão de Finanças desta Casa, que tem que saber dessa informação, se esse decreto levou em conta o orçamento em vigor, se está previsto quanto que eles pretendem receber, quanto que essa diminuição afetará na execução do orçamento. Acho que isso nada mais é do que cumprirmos nosso papel legislativo.

Quero mais uma vez, reiterar: não é uma acusação em relação ao nosso Secretário, não é uma manifestação contrária ao parcelamento ou a esse novo REFIS, é simplesmente um pedido de explicação e, principalmente, um pedido para que se cumpra o devido processo legal e que não se retire nem desta Casa e de nenhuma Casa Legislativa no Brasil e, de repente, até do próprio Congresso, o poder e o dever de legislar em algumas questões. Em relação ao REFIS, temos que legislar, porque está embutido nesse REFIS estadual a anistia de parte dos juros e, principalmente, de quase a totalidade da multa. E se à anistia, tem que passar por esta Casa.

Infelizmente, o CONFAZ tem muito poder, mas ainda não tem o poder, porque se tivesse sido aprovada a primeira reforma tributária e a segunda, fatalmente, um dos golpes que seria era justamente esse de tirar o poder das Assembleias Legislativas de se manifestarem em matérias tributárias. Vamos aproveitar, enquanto a reforma tributária não for votada, e fazer valer o Poder Legislativo dos 54 representantes desta Casa e exigir o respeito que devotamos aos outros Poderes. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

## ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus; nossa querida colega Deputada Cida Borghetti; meu xará Deputado Antonio Martins Anibelli, filho do saudoso Deputado Anibelli, que governou o Paraná; Deputado Jonas Guimarães; colegas; paranaenses que acompanham as

Sessões desta Casa, através da televisão. Agradecer aos paranaenses que tem nos enviado e-mails, porque recebendo a correspondência do cidadão e da cidadã podemos trazer para esta Casa, a reivindicação do povo. Porque o Deputado, é empregado do povo e esse é o tipo de emprego que temos que exercer prazerosamente. Agradecer a Deus pelo mandato, pelo carinho e confiança do povo e abrir esta tribuna, esta Casa, aos anseios, reivindicações e manifestações dos mais diferentes segmentos do nosso povo, da nossa sociedade paranaense.

Recebo e-mail do Eduardo Odone: *Deputado Belinati, gostaria de pedir o seu apoio e sugerir que coloque um projeto na Assembleia, para tirar o poder dos fiscais do trânsito de Londrina, de aplicar multas. O que está havendo nesta Cidade é uma vergonha. Estão implantando ou já existe a indústria da multa. Estão multando sem respeitar o Código Nacional de Trânsito e nem sequer aguardam o motorista retornar ao seu carro. São as empresas de radar e o próprio guarda de trânsito. Esse é um problema que ocorre em várias regiões do Paraná e do Brasil.*

Outro dia, a esposa do meu amigo Paulo Lima estava viajando, a professora foi multada em Campo Largo. Ela ficou indignada com a facilidade com que eles aplicam a multa. Eles arrecadam milhões e nada fazem para melhorar o nosso sistema viário.

E-mail da Maria Inês Augusto: *Boa-tarde, Deputado Belinati. Sou sua eleitora há muitos anos e venho lhe pedir um favor. Sou auxiliar de enfermagem e trabalho na Clínica Psiquiátrica de Londrina há mais de dois anos. O meu maior sonho é trabalhar no PSF, mas não consigo falar com o Prefeito de Londrina. Se fosse com você, as coisas seriam mais fáceis e bem melhores. Sei que em todos os lugares precisamos de um QI-Quem Indica.*

Faço um apelo ao Prefeito Barbosa Neto. Deputado Neivo, V. Exa. que é do partido dele, abra um espaço, dois ou três vezes por semana, para receber todas as pessoas que queiram falar com o Prefeito, como é o caso da Maria Inês. Acho que quando o Prefeito, o Deputado, o Governador, o Presidente, o Ministro, o Secretário de Estado, o Secretário Municipal, abrem o gabinete e conversam com o povo, eles podem colher muitas ideias boas, consertar muitos problemas e ter várias ideias para inovar, como autoridades. O diálogo com a população é sempre extremamente importante.

O professor Barbosa, muito obrigado a ele. Ele está conseguindo sintonizar as transmissões da Assembleia pela TV SINAL. O nosso querido diretor, jornalista Davi, está anunciando para logo, logo, que as Sessões desta Casa irão passar também pela internet. Em qualquer canto do planeta, se alguém desejar, irá poder acessar a internet no horário das Sessões, para poder acompanhar as transmissões da Assembleia, para fiscalizar o que o seu Deputado, ou o que nós, Parlamentares, estamos fazendo.



Temos o e-mail da professora Janice Aparecida, que está falando sobre o problema da Gripe Suína, Gripe A, e ela está sugerindo, e foi em função da ideia da professora Janice que eu trouxe para esta Casa um projeto de lei autorizando as servidoras e professoras grávidas a se ausentarem do trabalho, enquanto não for eliminada essa Gripe A, e quando eventualmente ocorrer alguma outra pandemia, para que o nosso projeto, se aprovada dê direito à servidora pública e professora grávida de não comparecer ao trabalho, sem nenhum prejuízo na sua remuneração.

Está muito certa a professora Janice, e foi inspirado nela que eu elaborei, com a nossa assessoria, com o Gená (sic), com a Márcia, com o Gustavo, com a Kelly, com o Allan, a equipe maravilhosa do meu gabinete, elaboramos este projeto que já está na CCJ.

### ***Passa a usar horário da Liderança do PP***

Temos aqui do Daniel Sanches: *Belinati, quando é que vai voltar para a Prefeitura de Londrina? Estamos precisando de você.* Obrigado, Daniel, nós dependemos da votação pelo Plenário do Supremo, do nosso recurso, para fazer reconhecer a vitória legítima que o povo, de maneira soberana, tendo apenas Deus como testemunha, o povo votou secretamente e nos elegeu Prefeito de Londrina no primeiro turno, Prefeito de Londrina no segundo turno e nos impugnaram 48 horas depois da eleição, Nós aguardamos, meu caro Daniel, a decisão do Supremo.

E temos várias manifestações de apoio. Antonio Frazoni, ele diz: *Meu pai é funcionário do Tribunal de Justiça há mais de 40 anos e passa por uma situação que, segundo o decreto presidencial, ele tem direito imediato a reivindicar as 13 parcelas da sua URV, a qual ele pede ao senhor, por confiar na sua competência e no seu desempenho parlamentar, pois meu pai tem 71 anos e quer usufruir o dinheiro que tem direito enquanto ainda goza de saúde, porque não adianta esperar a pessoa estar na porta da morte para pagar o que ela tem direito, ou esperar a pessoa morrer para os herdeiros usufruírem.*

Então, está aqui o apelo do Fabrício Antonio Frazoni Stevanato, filho de um funcionário do Tribunal de Justiça, que ainda não recebeu a URV e que, portanto, tem direito.

Temos da Kátia, está pedindo a gentileza para eu votar a favor do projeto da Lei Antifumo. Quero lembrar à Kátia, lembrar também à muitas pessoas que mandaram e-mail, como aqui Lizia Fontes Gasperin, temos e-mail de Orli Fernandes, temos pessoas que mandaram e-mail pedindo para eu votar a favor da Lei Antifumo.

Eu vou relacionar aqui o nome de algumas pessoas que enviaram e-mails e que são favoráveis à Lei Antifumo e sem fumódromo.

(Lê):

“Ana Manzochi, Angela Lima, Edson Oliveira dos Anjos Anjos, Bianca Zanini, Comissão Estadual de Controle de Infecção Hospitalar, Antonio Lima, Cris, Epidemiologia Turvo, Gleide Ferreira, Isabel de Paula, Eliane Krzesinski, Lelia Dionete Soares de Araújo Bilibio, Letícia Uba, Lilian Matos Lobo, Lizia O. Fontes Gasperin, Luísa Rodrigues, Luiz, Márcio Kohatsu, Mariza Moreira Taborda Dobins, Nelson Miranda Júnior, Orli Fernandes, Paulo Hiram, Pedro H. Gallotti Kenicke, Rosa Maria Salaib Wolff, Roni Quevedo, Gisele Rosso, Honorato Pereira Machado, Willian Ricken.”

Pedem o nosso voto pela Lei Antifumo.

Quero dizer que eu fui o primeiro Deputado, meu caro Deputado Anibelli, a trazer um projeto aqui para esta Casa para implantar a Lei Antifumo do Paraná, inclusive sem fumódromos.

Depois disso teve o Deputado Romanelli que apresentou um projeto, o Requião pegou uma carona no nosso projeto e veio atrás. Como o Requião tem a grande maioria nesta Casa, vai ser aprovado o projeto do Requião, com algumas emendas, mas o importante é que nós trouxemos.

É o caso da licença-maternidade, que eu fui o primeiro Deputado a trazer para esta Casa um projeto ampliando para 180 dias a licença-maternidade para a servidora pública; depois alguns Deputados vieram atrás, nossa querida Deputada Rosane Ferreira, o Requião pegou uma carona. Lembrando Aberlardo Barbosa: aqui nada se cria, tudo se copia. Mas vamos ficar discutindo aqui a paternidade, se a Lei Antifumo é do Romanelli, se é do Antonio Belinati, ou é do Requião, só que o Requião precisa andar um pouco mais depressa, porque ele está sempre atrasado. Primeiro ele espera o pessoal apresentar os projetos, vê que é bom, vem correndo atrás com um projeto semelhante ou igual, quase que um plágio. Mas não faz mal, não vamos discutir se é plágio do Requião ou não. A Lei Antifumo, vamos discutir sim, que esta lei é importante para dar saúde e uma vida saudável, quem sabe um maior tempo de vida para quem não fuma e para quem é fumante. Porque hoje está de um jeito que o cidadão fumando, ou não fumando, entra num shopping, num restaurante, num prédio público, e acaba tragando a fumaça do cigarro alheio e muitas vezes contrai doença, mesmo não sendo fumante.

Quero agradecer a Deus, à nossa equipe, temos uma equipe que está sempre atenta, pelo projeto que apresentamos, a exemplo da licença-maternidade de 180 dias, o nosso foi o primeiro, com a ajuda da nossa equipe, o nosso projeto da Lei Antifumo também foi o primeiro. O importante é que vamos poder andar por aí e não vamos ter o aborrecimento de levar uma bafurada na cara com a fumaça do cigarro do vizinho.

Concedo o aparte, com muita honra, a esta figura querida que está como Deputado há 35 anos, Deputado Anibelli.

### O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

É uma honra, um prazer apartá-lo num pronunciamento que V. Exa. interpreta a opinião da maioria, de mais de 80% da população paranaense. Claro que existe plágio, existe duplicidade. Tenho uma lei que não é minha é do Paraná, passou a ser de todos, proibindo fumar professores e alunos nos estabelecimentos de Educação, colégios, canchas esportivas. Aprendi isso aonde? Quando era estudante do Colégio Estadual do Paraná, há 50 anos atrás em que os professores fumavam, quer dizer, pior exemplo do que um professor fumando para seus alunos! O Deputado Scarpellini, nosso companheiro sempre foi radical contra o cigarro, proibiu o fumo em prédios públicos.

Fico indignado quando vejo funcionários desta Casa fumando, jornalistas! Quantas vezes arranquei os cinzeiros de todo esse plenário, tinha Deputados que fumavam aqui dentro, meia dúzia, aqui no plenário acabei com o cigarro. Agora passei a tirar os cinzeiros desta Casa, onde eu achar um cinzeiro ou alguém fumando vou chamar um segurança vou tirar, ou vou eu mesmo tirar! Sou funcionário da Casa tenho que zelar! Já vi funcionário apagar cigarro, jogar xepa acesa no Plenário da Casa, quer dizer, é falta de educação, eu não sou obrigado a respirar o ar do fumante!

Tenho visto inúmeras pesquisas que a terceira causa de morte é o fumante passivo - a primeira é o fumante, a segunda os acidentes automobilísticos e a terceira é o fumante passivo. Respeitamos hospitais, igrejas, vamos fazendo a consciência do cidadão. Visitar pessoas no hospital é falta de educação, agora a pessoa fumar dentro do hospital ou ver funcionários, enfermeiras, ou aquele motorista ou qualquer um cheirando a cigarro. Roupa com cheiro de cigarro faz mal a qualquer um! Vamos dar o exemplo, estamos ensinando as gerações futuras, se nós não dermos o exemplo... Antigamente aparecia na televisão a moça ou o moço, bonitos, de carro bacana ou tomando um uísque ou acendendo um cigarro, aquilo era muito bonito!

Acho que se todos nós dermos o exemplo, como V. Exa. dá, como nós damos, como a maioria da população. E quando vemos um amigo morrendo ou um cidadão doente. E vemos todos os dias na Assembleia e pessoas que dizem: "Graças a Deus agora não fumo mais, porque fumei durante tantos anos." Hoje eles sabem que vão pagar com a própria vida por ter fumado. Parabéns a V. Exa. me somo a todos os Deputados que defendem. Aqueles que não defendem mais aceitam e terão que aceitar, porque iremos dar uma lei ao Paraná para que toda a população possa ser mais alegre e feliz. Parabéns.

### O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa. com a sua competência e habilidade acrescenta muito.

o Presidente Lula, outro dia usou um dinheiro que não era dele, que é do Governo e portanto de todo o povo brasileiro e mandou US\$ 5 bilhões para o FMI - Fundo

Monetário Internacional, que no passado o Lula combatia muito. Agora, o Presidente Lula, mais uma vez virando Papai Noel, está dando US\$ 1 bilhão para um País chamado Panamá construir um metrô. E Curitiba? E as Cidades do Paraná que não tem às vezes um hospital?

Lamento profundamente, tem uma Cidade que falta escola, falta hospital, falta creche, falta rodovia, falta ponte, falta tanta coisa e o Presidente Lula tão bonzinho, um paizão pega o dinheiro que o povo paga com sacrifício os impostos, manda US\$ 5 bilhões para o FMI e agora, fazendo generosidade com o chapéu alheio manda US\$ 1 bilhão para fazer um metrô, fora do Brasil. Presidente Lula, vamos primeiro resolver os problemas do nosso povo, se estiver sobrando dinheiro aí sim. Mas há tanta necessidade do povo, é condenável essa atitude do Presidente, usar o dinheiro do povo brasileiro para fazer política em outros Países.

### *Horário das Lideranças:*

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Sr. Deputado Felipe Lucas.

### *Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Felipe Lucas (PPS)*

#### O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar um pouco com referência às pessoas que produzem, que trabalham com o tabaco, com o fumo. De fato, tem uma lei para ser votada, devemos com humildade aceitar o resultado, que me parece que sempre tem algumas pessoas que colocam de outra forma, de maneira impositiva, eu diria que sempre temos que respeitar a maioria. Embora eu tenha algumas posições e o Líder do Governo colocou algumas posições há poucos dias, talvez, com conhecimento um pouco leve da questão dos produtores.

Precisamos pensar o seguinte: queria dar alguns dados, moro numa região, e quantos de nós moramos em regiões que produzem o tabaco, o fumo. Na verdade é uma produção como qualquer outra produção agrícola, onde se usa bastante veneno, algumas questões assim, mas também não é tanto agrotóxico.

O primeiro produtor do mundo é a China, que produz hoje em torno de 2 milhões e 397 mil toneladas e que consome tudo dentro da China. O Brasil produz 910 mil toneladas, e a Índia, o terceiro produtor, com 555 mil toneladas.

O Brasil produzindo isso, exporta praticamente 90% da sua produção. Ele varia entre 80 e 90%, mas atualmente já está em torno de 90%.

As pessoas que usam, que fumam, gradativamente vêm diminuindo o uso do cigarro. Teremos que também olhar por um lado, com relação a esta lei, sabemos que ela tem um outro fim.

Mas do modo como ela está hoje, Deputado Marcelo Rangel, o senhor é dos Campos Gerais, temos uma produção muito grande também nos Campos Gerais, com pequenos produtores, em torno de 17%, me parece. Da mesma forma, não podemos intimidar, porque a lei hoje dá uma impressão que está sendo usada de outra forma. A Assembleia tem o intuito de aprovar uma lei. Esta lei, precisamos pensar de uma outra forma.

Vi aqui hoje, ontem, outro dia, alguns Parlamentares dizendo: “Vamos proibir a plantação de fumo”. Não é bem assim, gente. Temos que ver como proibir. Como e quando. Porque na verdade, quem faria isso, o Governo Federal, o Governo Estadual? Daria alguma alternativa para esses produtores? Sabemos e temos hoje como estatística que a produção de fumicultores está geralmente em pequenas propriedades. Propriedades com dois a quatro hectares. Talvez algumas pessoas muito ricas neste País, que infelizmente tem essa desigualdade muito grande, talvez tenham propriedades maiores urbanas do que as pessoas usam para as suas lavouras. Na verdade, varia entre 16 a 20 hectares. Mas é muito importante que pensássemos em uma outra alternativa, na diversificação, que as pessoas possam plantar outras coisas.

Isso, na verdade, precisa vir do Poder Público: do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal, porque senão há como fazer.

Nós, há poucos dias, já falávamos, no Paraná, que temos aí em torno de 33, hoje fala-se em 35 mil produtores de fumo. Varia um pouco, na safra é mais, fora na safra é menos.

Hoje, o Rio Grande do Sul, entra com 55%, Santa Catarina com 37% e o Paraná com 17% de produção. Então, teríamos aí 50% no Rio Grande do Sul, 33% em Santa Catarina e o Paraná 17% temos uma pequena produção no Nordeste.

Quero falar das regiões onde se concentra a grande produção:

(Lê):

*Produção Mundial, 2007 = 6.326.252 t*

*Principais Países produtores:*

*China: 2.397.000 t - 38%*

*Brasil: 910.000 t - 14%*

*Índia: 555.000 t - 9%*

*Produção no Brasil:*

*\* o Brasil é o segundo produtor e o primeiro exportador mundial de fumo;*

*\* exporta em média 80% da produção, 700.000 t em 2007;*

*\* as exportações se destinam para mais de 100 Países;*

*\* o valor das exportações em 2008, foi de US\$ 2,75 bilhões.*

*Principais Estados produtores, safra 08/09:*

*Rio Grande do Sul = 50%*

*Santa Catarina = 33%*

*Paraná = 17%*

*Número de famílias envolvidas, safra 07/08 e 08/09.*

Safra 07/08		Safra 08/09	
Rio Grande do Sul	91.290	Rio Grande do Sul	95,150
Santa Catarina	56.450	Santa Catarina	56,790
Paraná	34.110	Paraná	35,110
Total Sul	181.520	Total Sul	187,050
Outros	36.850	Outros	36.950
Total Brasil	218.370	Total Brasil	244,000

Fonte: AFUBRA, SEAB/DERAL

Perfil do Fumicultor Sul - Brasileiro		
Hectares	Famílias	%
Sem Terra	37.750	20,8
De 1 a 10	67.241	37,1
De 11 a 20	47.759	26,3
De 21 a 30	18.808	10,4
De 31 a 50	7.387	4,1
Mais de 50	2.365	1,3

Fonte: AFUBRA, SEAB/DERAL

Vocês podem até estranhar alguma colocação em termos do núcleo de Curitiba ou de outros núcleos, mas queria falar do núcleo de Irati.

Rio Azul é o Município que mais produz hoje, que mais tem produtores hoje no Estado. Rebouças, Município que produz muito, Mallet, Irati, Prudentópolis, Guamiranga, Inácio Martins.

São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, São Mateus, Paulo Frontin, São João do Triunfo, Palmeira e no núcleo de Curitiba. As pessoas podem dizer, como no núcleo de Curitiba, temos Cidades que produzem muito. São 17%, entre elas tem Piên, Mandirituba, Rio Negro, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Quitandinha, Campo do Tenente, e se formos para o núcleo de União da Vitória, General Carneiro, Cruz Machado e outros Municípios.

Precisamos ter um pouco de bom senso. Já disse, há poucos dias, que daqui a pouco vamos importar, quem sabe se do Paraguai, algum tipo de produto que não esteja a contento. Temos que ter bom senso. Lógico que vamos votar uma lei que devemos pensar em ambiente livre, porquê não. Algumas emendas que tenho certeza que o

Deputado Stephanes está trabalhando, ao ar livre, varandas, enfim, precisamos pensar de uma forma um pouco diferente.

Felizmente temos um Secretário da Agricultura que conhece o Estado como um todo. E nesse conhecimento ele tem sempre avaliado e dito isto: “Se não tivermos alternativas, precisamos pensar com calma.”

No Paraná e nos outros Estados temos costume de ter Secretários da Agricultura grandes latifundiários. Esses poucos, ou quase nada, conhecem do que é um trabalho da agricultura.

Temos no nosso País um Ministro da Agricultura que tem uma ponderação muito grande. Talvez tivéssemos conflitos muito grandes nesse País e estivéssemos indo para uma agricultura bastante difícil. Temos, felizmente, um Secretário da Agricultura muito bom e equilibrado, que conhece as pequenas propriedades. Temos um Ministro da Agricultura que conhece. Isso tudo nos faz entender.

Temos pesquisas, não pelas fábricas de produtos de tabaco, mas temos pesquisas feitas em que os produtores de fumo praticamente não têm endividamento, enquanto na plantação de feijão, de milho, temos endividamento e torna-se praticamente impossível você plantar um produto como o feijão numa área de quatro hectares. Temos que ter bom senso.

Para concluir, quero dizer que precisamos, mais uma vez, pensar que temos sindicatos que trabalham juntos. Temos que excluir dessa proibição ambientes livres, terraços e similares. Temos produtores, enfim, temos que pensar como um todo, antes de qualquer crítica aos nossos agricultores que fazem parte. Felicidade daqueles que têm áreas boas em outros lugares. É importante que as regiões que produzem o fumo também sejam vistas de forma diferente e não sejam discriminadas por Governador, nem por outros.

Agradeço e considero concluído o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria dizer que nada acontece por acaso. Havia pensado em utilizar o horário do nosso partido, o PMDB, porque segunda-feira assumi um compromisso de trazer aqui, justamente, as informações e os dados dos programas que o nosso Governo tem para promover a diversificação, para que os fumicultores tenham uma alternativa diferente da terrível situação que é a de ser, de fato, alguém que tem que trabalhar de uma forma muito intensa, de manhã, à tarde e à noite.

V. Exa. sabe, Deputado Felipe Lucas, como médico, e hoje ainda o Deputado Luiz Eduardo Cheida detalhava, porque sabemos que os agrotóxicos, os venenos que são utilizados são muito fortes. Mas, pior do que serem fortes, é ter que reconhecer que o fumicultor é um dos agricultores que tem que trabalhar manualmente, desde a plantação, plantar mudinhas, até a entrega das folhas às fumageiras. Ou seja, ninguém tem um contato com um produto de tanta toxicidade quanto tem a folha do fumo, e com os agrotóxicos que são utilizados para poder produzir essa planta, como o fumicultor. E mais: V. Exa. sabe que tem mais de 50 substâncias cancerígenas no cigarro?

Mas, o tema que me traz à esta tribuna é poder, de fato, revelar, e V. Exa. trabalhou no estudo que foi preparado pela SEAB e pelo DERL, mostrando o seguinte: o Paraná produz 140 mil toneladas de fumo por ano. E 90%, este é o número fechado, agora, que ontem um técnico do DERL me passou, que todos conhecem, Metádio, que é da região, 90% do fumo paranaense é exportada, até porque o Paraná produz um fumo de excepcional qualidade. Nós exportamos fumo para mais de 100 Países.

Então, quero aqui dizer que quem está querendo votar para permitir a existência dos fumódromos, ou de qualquer coisa assemelhada à fumódromo, está pensando em votar de forma enganada, se acha que vai com isso garantir o interesse dos fumicultores. Na verdade, os interesses que sabemos que estão por trás disso, são das fumageiras, são aqueles que ganham muito dinheiro, que exploram, Deputada Rosane Ferreira, como conversamos ainda há pouco, a mão de obra desses trabalhadores.

Quero fazer um desafio aqui, porque a vida real é uma coisa, as planilhas são outras. Tem um comparativo aqui, de produtividade do fumo e o preço recebido por aquilo, aqui diz que o preço é de R\$ 5,50 por quilo. Sabe-se que na vida real é muito diferente. Na vida real é R\$ 4, chega a R\$ 2,50, naquela classificação que me explicou ainda há pouco. O fumicultor não consegue acompanhar o transporte das folhas quando é feita a classificação pela fumageira, que paga o preço que quer para o fumicultor. A verdade é que o fumicultor fica refém da fumageira, porque recebe o financiamento, recebe os insumos e o preço é aquele que a fumageira quer pagar.

E olha, não falta mercado consumidor. São 6 milhões e 327 mil toneladas na produção mundial da folha do tabaco, sendo que o Brasil produz 910 mil toneladas e o Paraná produz 140 mil toneladas, ou seja, 17% da produção. E as alternativas que temos são muito interessantes. Por exemplo, o Deputado Felipe Lucas estava com o Secretário Bianchini, em Prudentópolis, no último final de semana, quando o Governo inclusive lançou naquele Município, para diversificar a produção dos fumicultores, aquela semente preparada pelo IAPAR, do feijão de alta produtividade, que tem financiamento do PRONAF, diferente da fumicultura, que não tem financiamento do PRONAF.

Concedo um aparte ao Deputado Felipe Lucas.

**O Sr. Felipe Lucas (PPS)**

Deputado Romanelli, com todo respeito, acredito muito no Secretário na questão da plantação de feijão, mas acho que o feijão caminha para a colheita não mais manual, e serão em grandes áreas. O preço do feijão, acreditem ou não, deve ficar como praticamente o preço da soja. E como fará aquele produtor que tem uma área simplesmente pequena? Teria que ser uma outra alternativa e temos que estudar com muita calma, Deputado Romanelli.

Vejo com toda a naturalidade. Acho que as fumageiras, pelo menos a Souza Cruz e algumas outras, permitem que as pessoas vão até a sua indústria ver a classificação. Acredito que sim.

Deputado Romanelli, não quero ocupar o seu tempo, mas sempre me preocupei um pouco mais até, apesar de fugir do tema, com a questão da bebida alcoólica. Acho que essa mata, destrói famílias e uma série de coisas. Mas, enfim, o fumo também é grave. Mas, vamos ter um pouco de calma.

Agradeço, porque não quero interferir na sua explanação, que está muito boa e é importante. Nós precisamos conviver, não é?

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Acho que a nossa convivência se dá em razão do interesse público, e neste caso o interesse público é efetivamente cuidar da saúde das pessoas. Aqui não se trata de votar uma lei que vai prejudicar os fumicultores. Vou repetir que 90% da produção do Paraná é exportada. Ninguém vai perder R\$ 1. Não adianta essa chantagem que se faz. E por falar em chantagem, hoje mesmo estava o sindicato que integra os garçons de Curitiba, o SindiHotel, recebendo uma proposta da ABRABAR para um patrocínio para a corrida dos garçons, para o sindicato emitir uma nota favorável aos fumódromos. Vejam aonde nós chegamos! Ou seja, não é possível que possamos estar assistindo, de forma passiva, esses instrumentos que alguns não querem que eu chame de lobby. E, Deputado Felipe Lucas, entendo a sua posição, porque a região de Irati efetivamente concentra o maior número de produtores da fumicultura.

Agora, quero dizer que o tema que estamos tratando, sinceramente, há uma grande confusão, e não estamos tratando de proibir a fabricação, a produção do tabaco no território paranaense, mas o que estamos tentando fazer, homens e mulheres de bem desta Casa, é votar um projeto de lei que discipline o uso do tabaco, dizendo o seguinte: quem quer fumar, ou fuma na sua residência, ou fuma num ambiente de ar livre, que não promova, na verdade, aquilo que é absolutamente nefasto, que é a morte das pessoas.

Estamos tratando da vidas das pessoas, isso aqui não é uma brincadeira! Esse projeto é um projeto emblemático. A questão do combate ao vício do fumo é uma questão de interesse público. Não estamos aqui preocupados, porque Deputado Marcelo Rangel, é fácil para as

casas noturnas aqui de Curitiba, que fazem o lobby para aprovar o tal do fumódromo, porque eles gastaram 100, R\$ 150 mil num sistema que não é eficaz, mas em tese seria, para poder liberar a fumaça, são dois ou três estabelecimentos comerciais em Curitiba.

Agora, em Ponta Grossa, Deputado Marcelo Rangel, ninguém vai conseguir colocar equipamento para poder fazer fumódromo. O que estão tentando fazer, na verdade, é o interesse de uma pequena minoria privilegiada curitibana, que quer continuar mantendo o vício de poder fumar a hora que quiser e como quiser, e impondo, porque olha aqui, ainda ontem conversava com o Deputado Mauro Moraes, e ele me comunicava que ele vai ser um que vai votar contra o fumódromo, e eu fiquei muito feliz pelo seu posicionamento, e pela lógica, porque o jovem que vai numa danceteria lá na Vila Hauer, no Boqueirão, essa não vai ter sistema que possa, na verdade, ser aprovado como um sistema que retire pelo menos parte daquela fumaça, não.

Ou seja, daí sim vamos verificar o seguinte: os ricos vão poder fumar nos ambientes que quiserem. E na regra, as pessoas de classe média, claro, vão ter que ir para a rua, porque não vão ter ambiente para fumar que seja aprovado pela Vigilância Sanitária. Ou seja, estamos tratando aqui, na verdade, de criar um privilégio à algumas poucas casas noturnas curitibanas, que querem continuar intoxicando os jovens desta Cidade.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado, primeiro quero deixar claro que sou totalmente contra fumódromos. Aliás, temos que eliminar aqueles boxes que a Souza Cruz paga, compra e coloca em shoppings. Custa em torno de 150, R\$ 200 mil um boxe daquele onde as pessoas ficam fumando, que é um mal exemplo inclusive para as crianças, são as câmaras de gás.

Então, sou contra o fumódromo, porém, Deputado, eu fiz uma subemenda aditiva à emenda do Deputado Reinhold Stephanes, e o projeto original diz o seguinte: *Ambientes coletivos de uso comum*, proibindo completamente a Lei do Fumo.

Também sou favorável à Lei do Fumo, acho que é importante para o Estado do Paraná. Porém, naqueles restaurantes, por exemplo, um restaurante de Litoral, que tem as mesas para fora, ali será proibido também fumar. Se um restaurante tiver uma praça, ambiente ao ar livre, onde tenha total isolamento, que a fumaça, em hipótese nenhuma, entre no recinto para incomodar os não-fumantes, eu não vejo restrição nenhuma. Por isso, fiz uma subemenda nesse sentido, Deputado Romanelli.

Agora, eu pedi o aparte para dizer que a melhor substituição à cultura do fumo já foi estudada, Sr. Presidente, Sr. Romanelli: é a fruticultura. Eu sei que o senhor está preocupado com isso também, mas temos que ter a responsabilidade de incentivar o fumicultor a alternar a

sua cultura, principalmente a fruticultura. Por isso também fiz uma outra emenda, Deputado, queria inclusive pedir o seu apoio para que os fumicultores se comprometassem a mudar a cultura de fumo por outras culturas que tenham prioridades nos programas do Governo do Estado. É uma boa emenda. É nesse sentido que faço meu aparte.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço seu aparte, e vamos analisar sua emenda. Tudo aquilo que promova a diversificação, para que o fumicultor tenha uma alternativa, é muito interessante.

Não há como conciliar essa lei como nenhum fumódromo. Porque a lei que já existe permite o fumódromo. Vamos proibir a existência de fumódromo no Paraná? A resposta tem que ser dada por cada Parlamentar. Essa história de jardim de inverno, varanda, tudo isso, na verdade, é fumódromo. Não dá para fazer de conta, a lei tem que ser proibitiva. Falo isso como alguém que defende os direitos individuais da pessoa. As campanhas educativas demonstraram-se ineficientes para promover a redução significativa. Não se trata do livre arbítrio. Trata-se de ouvir consensualmente o que dizem os médicos, os especialistas que conhecem a área e sabem o dano que o cigarro, a fumaça, faz à pessoa.

O Deputado Cheida hoje descreveu isso, num debate promovido pela TV SINAL. Ontem viram imagens do que acontece. Não é possível, para atender a burguesia curitibana - porque é a burguesia que quer ficar se intoxicando - a burguesia quer manter seus privilégios. E temos que dar uma sinalização para a juventude.

Concedo um aparte ao Deputado Pércles de Mello.

**O Sr. Pércles de Mello (PT)**

V. Exa. está se revelando, pela primeira vez, um marxista de mão cheia, está reduzindo o vício do fumo à luta de classes.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado Pércles, fico feliz com seu posicionamento favorável ao fim dos fumódromos. Para nós é importante o apoio da Bancada do PT. Ainda hoje a bancada do nosso partido, a Comissão Executiva Estadual, recomendou aos Deputados do PMDB o voto para manter a integralidade do projeto de lei, que é fruto do substitutivo geral apresentado pelo Deputado Reni Pereira, que foi o relator na CCJ.

Espero, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. siga o nosso antigo Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. veja o exemplo que hoje foi muito bem dado pelo Prefeito de Curitiba, Beto Richa, que sancionou a lei votada pela Câmara de Vereadores de Curitiba, que não se submeteu à burguesia curitibana. Votou a lei proibindo, de forma radical, o uso do cigarro.

Quero aqui parabenizar o líder do Prefeito, o Vereador Mário Celso, o Presidente Derosso, enfim, todos ali que se empenharam na aprovação dessa lei, sancionada hoje pelo Prefeito, como quer fazer o Governador Requião e nós queremos sancionar essa lei, se for possível, no dia 29 de agosto, em homenagem ao Paraná. É o Dia Nacional de Luta Contra o Tabagismo.

Esta Casa não pode se apequenar. A Assembleia Legislativa não pode ser menor do que a opinião pública, não pode ser menor que a sociedade civil organizada que quer, de forma definitiva, acabar com a poluição da fumaça dessa minoria de pessoas que utilizam o tabaco e que, efetivamente, incomodam. O fumante tem que ser tratado da forma que tem que ser. É um direito da pessoa fumar, mas respeitando o direito das outras pessoas. Temos que ter a capacidade de superar esse tema aqui.

Percebo na minha planilha como temos apoio de Deputados que são da Oposição, que são do Bloco Independente. O próprio relator Reni Pereira é do Bloco Independente.

Na verdade, é um tema de interesse público. Espero que a bancada de apoio ao Governo reflita sobre isso. Ainda há prazo para refletir. A posição do Governador Requião é pela aprovação do projeto de lei, fruto do consenso construído por meio do substitutivo do Deputado Reni Pereira. Temos que ter coragem de avançar. Sabemos que não é possível conciliar as coisas.

Ainda hoje, não vou dizer quem é a pessoa, mas uma mãe fumante me disse que é favorável a que se possa, de fato, acabar com os fumódromos. O que ela me disse? “Imagina, para poder fumar vou ter que levar minha criança pequena junto comigo no fumódromo? Não posso deixar minha criança pequena longe de mim!” Imagina, as mães vão ter que levar os filhos nos fumódromos. Veja que paradoxo que se pretende aprovar com essa emenda esdrúxula que, efetivamente, é um grande desserviço.

Esta Assembleia Legislativa não pode faltar com o povo paranaense, com a sociedade civil organizada de nosso Estado.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero lembrar a V. Exas. que teremos, logo a seguir, uma outra Sessão. Teremos a Sessão Ordinária de quarta-feira e, a seguir, a Sessão antecipada de amanhã. Já temos a Sessão Ordinária de quarta-feira e, a seguir, a Sessão antecipada de amanhã. Já temos alguns Deputados inscritos na Sessão seguinte.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

**(Assentimento)**

Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. O Deputado Romanelli solicitou que atendessem a maioria da opinião pública para deixar gravado e, discutir depois, uma pesquisa realizada em Curitiba. Na pergunta:

“Você é a favor ou contra liberarem os fumódromos em ambientes fechados?” Setenta e um por cento é a favor, 26% é contra. Mesmo os fumantes votando são a favor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só quero dizer o seguinte: essa pesquisa que se refere o Deputado Caíto, a Prefeitura tem uma pesquisa que mostra que 88% é a favor da lei sem flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PT. Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

### ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso que hoje, lembrei de uma passagem bíblica, quando Jesus e seus apóstolos, em João, diz o seguinte: *O mundo é cheio de aflições, mas tende bom ânimo*. Acho essa frase de um valor fundamental e pensei nela quando recebi o telefonema de uma das lideranças do Sudoeste, professora Eunice, que tem trabalhado de forma incansável para resolver o problema da VIZIVALI junto conosco. Apesar de todos os problemas, das aflições que já passamos sobre esse tema, Deputado Litro, acho que o ânimo cresce e que há muitas esperanças.

Então, quero iniciar meu discurso, hoje falando para os professores que nos assistem, nos ouvem, que apesar de todos os revezes que já sofremos nesse trabalho de mais de um ano e meio, estamos com muitas esperanças. Algumas alternativas estão sendo construídas: a professora Eunice tem trabalhado para isso, eu também, outros Deputados e outras lideranças.

A própria faculdade VIZIVALI, com as Lideranças formadas no Sudoeste, apresentaram proposta ao Instituto Federal Tecnológico, que está concluindo uma proposta, segundo me disse a professora Eunice, que será levado ao Ministro da Educação em Brasília. Além disso, as próprias lideranças do Sudoeste, e um grupo de pessoas entre as quais me incluo, estão formatando uma alternativa, numa parceria com a UNDIME - União de Dirigentes Municipais de Educação. Pela primeira vez na nossa história, o Paraná tem um paranaense, que é o professor Sanches, Secretário da Educação de Castro, Presidente Nacional da UNDIME, e a UNDIME trabalha junto com a Comissão que foi aqui formada, também em cima de uma proposta. Essas duas propostas alternativas serão analisadas com profundidade e levadas ao Ministro, assim que estiver concluída a proposta que vai sair com a UNDIME e o Senador Osmar Dias, junto com o Senador Flávio Arns e vários Deputados Federais, Ângelo Vanhoni, Osmar Serraglio, entre outros, estarão presentes na audiência eu pretendo ir com outros Deputados e lideranças do Paraná.

Acreditamos que está perto de um desfecho favorável essa verdadeira novela da VIZIVALI, essa luta e essa ação que transformou em bodes expiatórios da Educação brasileira, 35 mil professores que fizeram o curso na mais absoluta boa fé. Um equívoco, no meu entender, do Ministério da Educação, em primeiro lugar, e também do próprio Governo, que fez uma ADIN contra a nossa lei, aprovada por unanimidade nesta Casa, que determinava que as instituições de ensino superior do Paraná registrassem os diplomas de 35 mil professores.

Além disso, recebi um telefonema, ontem, do Sanches, que estava aqui no aeroporto, ao lado do Deputado Osmar Serraglio, e o Deputado se colocando à nossa disposição para nos ajudar na luta contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Governador do Estado. O Deputado Osmar Serraglio está ajudando a Assembleia na resposta e na luta para que a ADIN não prospere junto ao Supremo Tribunal Federal.

Então, queria trazer uma mensagem de esperança, de ânimo para todos os 35 mil professores. A luta não está perdida, estamos animados, continuamos lutando para chegar a uma vitória, numa situação favorável, satisfatória para os professores, para os estudantes e para a Educação do Paraná.

Por último, estamos marcando com o ex-Deputado Hermas Brandão, Presidente do Tribunal de Contas, uma audiência para terça-feira ou quarta-feira, que vem junto com Deputados de vários partidos, para irmos ao Tribunal de Contas pedir para que ele dê um prazo para os Prefeitos com relação à situação jurídica e profissional dos professores. Dez mil deles foram aprovados em concurso, muitos desses tiveram avanço profissional vertical dentro da sua situação jurídica, o Tribunal tem deixado os Prefeitos numa situação muito instável e muitos Prefeitos estão pensando em demitir esses professores.

Então, faremos um apelo coletivo ao Presidente do Tribunal de Contas, para que o Tribunal não tome nenhuma atitude até que haja um desenlace dessa questão. Mesmo porque a Assembleia aprovou requerimento, de minha autoria e do Deputado Reni Pereira, nesse sentido.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje de manhã tivemos uma reunião da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais. Tenho a honra de ser coordenador dessa Frente, estavam presentes vários Deputados e tivemos uma longa reunião, de manhã, para tratar do fortalecimento da Frente. Ontem à tarde estivemos reunidos, também, com o Secretário Nizan, da Secretaria de Assuntos Estratégicos; com o Procurador Geral do Estado, Dr. Marés; e com o representante da Secretaria Lygia. o objetivo principal, agora, é que o Governo do Estado, através de decreto do Governador Roberto Requião, crie uma comissão paritária, formada pelos movimentos e entidades que representam os povos e comunidades tradicionais do Paraná e por órgãos do Estado, que esse decreto institua uma comissão que vai traçar a política paranaense para os povos e comunidades tradicionais do Paraná. Assim como existe uma comissão

e uma política nacional. Então estamos aqui, de certa forma, reproduzindo aquilo que existe a nível nacional no âmbito do Estado do Paraná. E essa é a prioridade nº 1 da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Tomamos essa deliberação na manhã de hoje. O pessoal também questionava a situação de São Mateus do Sul, onde um faxinalense foi assassinado, já há bastante tempo, e infelizmente a Justiça não tomou nenhuma providência mais séria. E nos dizia, os companheiros que esse mesmo criminoso continua pressionando pessoas daquela região, Região Sul do Paraná, que ajudássemos daqui, e uma providência rápida fosse tomada pela Secretaria da Segurança, pela Justiça do nosso Estado.

Além disso, os pescadores se organizam no Litoral para resistir a um projeto desenvolvido pelo Governo do Estado e Universidade Federal, onde eles questionam esse projeto que vai inviabilizar a utilização da rede de arrasto na pesca do camarão. Esse é um assunto complexo, representantes da Frente estarão participando das audiências no Litoral do Paraná, até que tenhamos uma posição muito clara a esse respeito e podermos manifestar nossa posição oficial aqui da Frente Parlamentar nesta Casa, e conversar também na audiência com o Governador do Estado e com os órgãos responsáveis pela realização desse projeto do Litoral do Paraná que segundo os pescadores, trará um prejuízo incalculável para eles, principalmente os pescadores de Guaraqueçaba e da ilha Superagüi. Estamos atentos, essa luta se desenvolve cada vez mais, vamos também conversar com a Mesa da Casa para vermos a possibilidade de ter um funcionário liberado para trabalhar a favor da Frente e muitos outros desenvolvimentos acontecerão.

Em Irati terá uma reunião grande dos povos faxinalenses e depois, em outubro, um Encontro Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, que fazem uma luta das mais justas na preservação da identidade desses povos, que têm uma longa relação com a terra.

É uma luta muito importante, que preserva a rica diversidade cultural do País, do Continente, do Brasil e do Estado que tem uma história tão rica que é o Estado do Paraná.

Temos que aproveitar este momento em que no Brasil todos se realizam, nos Municípios, Conferências Municipais de Cultura, para tratar de assuntos pertinentes à sua identidade cultural e também conseguir recursos para valorizar a formatação dos projetos culturais desses povos. Lembrei, na reunião, que quando fui Deputado aqui há alguns anos, propus para esta Casa uma lei do gabinete dos povos indígenas. Infelizmente não pudemos avançar, houve uma resistência surda, mas acho que este é o momento para discutirmos e queremos aprofundar esse debate, talvez entrando com uma lei criando o gabinete dos povos indígenas ou, talvez, o gabinete dos povos e comunidades tradicionais. Sabemos que os povos indígenas têm uma especificidade muito profunda, é uma questão diferente que marca toda a história do Brasil e que deve ser pautada. Por isso vamos nos aprofundar com os demais companheiros.

Tenho um último assunto, que diz respeito a um decreto do Governo do Estado. A Bancada do PT fechou questão, hoje, primeiro com relação à lei que permite que policiais reformados assumam o lugar de vigilantes contratados pelo Estado para empresas públicas. Fechamos questão contra essa lei. E também contra a lei que trata dos servidores públicos estaduais, acho que é uma lei draconiana e vou aprofundar mais sobre o assunto, a Lei do Pedágio Probatório, Apresentaremos uma lei alternativa pela Bancada do PT.

Eram os assuntos que me trouxeram à tribuna na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Beraldin.

### ***Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Estive hoje pela manhã em dois eventos da Prefeitura Municipal de Curitiba, acompanhando o Prefeito Beto Richa. O primeiro deles foi a entrega do Centro de Referência do Esporte de Curitiba. O novo espaço vai fazer a avaliação das condições físicas dos curitibanos. No centro serão desenvolvidas ações para melhorar a qualidade de vida e promover a saúde do povo de Curitiba. Ele será muito importante para os professores de educação física e estudiosos. É uma obra que foi iniciada quando eu ainda era Secretário do Esporte e Lazer de Curitiba.

Quero cumprimentar toda a equipe da Secretaria do Esporte e Lazer, os diretores, enfim, a todos aqueles que não mediram esforços para entregar esse novo espaço de Curitiba, um local para se pensar na saúde física das pessoas da nossa Cidade.

Outro evento que participei, também no salão nobre da Prefeitura, e que me chamou muito atenção em alguns aspectos, foi exatamente a lei que a Câmara de Vereadores de Curitiba, por unanimidade, aprovou, e o Prefeito Beto Richa sancionou e passa a ser lei na nossa Cidade, exatamente o tema que estamos discutindo aqui, que é proibição do uso do tabaco em locais públicos e privados fechados. O primeiro foi a unanimidade da Câmara de Curitiba, o maior movimento de bares e restaurantes está aqui. Aqueles que têm espaço, que em tese se poderia fumar, também são daqui e sobretudo do centro da Cidade. Não são aqueles do Tatuquara, do Sítio Cercado e nem dos bairros distantes do centro de Curitiba. Porque aqueles não terão possibilidade de fazer qualquer lugar reservado para fumantes.



Segundo: a presença física da sociedade organizada nesse evento. Lá estava o Arcebispo de Curitiba, as lideranças evangélicas de Curitiba, do Paraná e do Brasil, a classe médica, aqueles que sabem do malefício que traz o fumo na vida das pessoas. Ouvi algumas expressões do Presidente da Associação Médica do Paraná, que lembrava que há pouco tempo poderíamos viajar de avião e havia um espaço para que se fumasse. Mas hoje não existe mais e esse tempo ficou para trás. A nova tendência mundial, sobretudo a pesquisa nacional realizada pelo jornal Folha de São Paulo, aponta que 88% da população brasileira é a favor da saúde. Dos fumantes, 70% das pessoas que fumam são a favor de que se elimine essa possibilidade de fumar em espaços fechados.

Então, se temos esses dados, se temos essa evidência, se observarmos que a nossa sociedade organizada quer que avancemos um passo a mais na direção de preservar a saúde das pessoas, do ser humano, eu pensei o seguinte: na Assembleia Legislativa do Paraná, que é a Casa do Povo, não vai ser diferente do que fez a Assembleia Legislativa de São Paulo, do Rio de Janeiro, do que fez a Câmara Municipal de Curitiba, do que fez Nova Iorque, do que fez os Estados Unidos.

Então, sinceramente, eu diria: ser representante popular hoje, estar aqui nesta Casa, nesta tribuna, com os votos da população, não pode nem se imaginar em votar contra o caminhar, contra a indicação, contra a tendência popular que é de, efetivamente, darmos um passo a mais, para darmos à nossa população o direcionamento da saúde.

Diziam lá os médicos, naquele evento: “Quanto custa um ser humano que contrai um câncer no pulmão para a sociedade, sobretudo mais humilde?”

E dizia, inclusive, o Vice-Prefeito Luciano Ducci, que vai disponibilizar grupos de terapia, vai disponibilizar reuniões nas regionais de saúde para auxiliar aqueles que ainda têm a dependência do fumo.

Então, quero chamar a atenção, e muita atenção, dos Srs. Deputados: longe de mim ser contra aqueles que plantam e que vivem, têm seu sustento do fumo, porque quando nasci e me criei na roça, o fumo também existia, e quantas vezes eu trabalhei nesse setor.

Mas hoje, como o mundo mudou, como a informação é muito maior, não quero ver meu filho Leonardo um dia fumando um cigarro, mas também não quero ver o meu filho, nem o filho de cada um dos Srs. e Sras. Deputadas, fumando passivamente.

Acho que, sinceramente, todos que frequentam a noite, sabem exatamente como é estar ao lado de uma mesa de quem fuma, como fica sua roupa e seu pulmão.

Então, Sras. e Srs. Deputados que compõem esta Casa, vamos, sim, ficar de olho com o Poder Público naquelas indústrias de fumo que assinam contrato com aqueles que trabalham na lavoura de fumo, vamos ver se eles estão cuidando, se estão usando máscaras, se estão usando os equipamentos para prevenir a saúde dessa gente. Vamos ligar para os hospitais de Curitiba e vamos verificar qual é a região que mais tem incidência de câncer no Paraná. É muito simples.

Então, acho que como Governador do Paraná, deveria sim, estender a mão para uma alternativa de sustento e colocar a fiscalização em cima dessas multinacionais, dessa gente que incentiva o plantio, o trabalho daqueles que, muitas vezes, não acreditam que aquele trabalho possa estar prejudicando a sua saúde pessoal, a saúde da sua esposa, do seu filho.

Por isso, não vamos fugir daquilo que é lógico, não vamos fugir daquilo que é uma tendência mostrada pela sociedade, onde 88% diz, segundo a pesquisa Data Folha, ser a favor de acabar com o fumo em lugares fechados.

Então, até fico a me perguntar: será que há alguma divergência, aqui dentro desta Casa, no sentido contrário? Eu não quero acreditar! Um Deputado me dizia, agora há pouco, que o placar está sendo questionado, minuto a minuto. Eu não quero acreditar nisso!

As Deputadas que estão aqui, certamente estarão pensando junto conosco neste sentido: não dá para entender de onde vem esta força do mal! Quem quer defender quem planta, que está sendo prejudicado, que coloque no orçamento público vantagem para aquela região! Nós aqui aprovamos o orçamento todo ano, nós é que destinamos o orçamento público. Então, aquela região que tem aquele cultivo, temos que tratar antecipadamente, preventivamente, colocando no orçamento público recursos para renda alternativa dessas pessoas.

Meu voto é pela saúde do povo do Paraná.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 066/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei objetivando dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 067/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de Santo Antonio do Paraíso, do Lote de terra nº 41, Quadra 03, com área de 525m2, sem edificação, conforme Matrícula sob nº 1519, do Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 353/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata de matéria atinente à criação e transformação de cargos do Corpo Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 626/09, subscrito pelo Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária nesta quarta-feira, dia 18, em virtude de compromissos na Cidade de Umuarama, quando estará recebendo o Presidente do CREA/PR para discussão de temas referentes à Região Noroeste do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação n° 842/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, encaminhando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, proposta de convênio concedendo a isenção de ICMS nas operações que envolvam a produção e aquisição de alimentos básicos destinados à distribuição entre consumidores de baixo poder aquisitivo, promovido pelas Prefeituras Municipais em atendimento aos projetos e programas versando sobre segurança alimentar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 843/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da COPEL, urgentes providências para resolver o problema das constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica na comunidade rural de Nova Cantu, em especial na Comunidade do 48. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 844/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a construção de 02 (duas) passarelas na Rodovia PR-323, no Município de Paissandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 845/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a extensão da pavimentação da estrada de acesso entre São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, até a localidade de Campina, no Município de Tijucas do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 846/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria da Agricultura, que oriente os trabalhadores rurais dos programas de incentivo federais e estaduais aos fumicultores. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Professor Lemos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mário Roque, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4020, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de agosto (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 488/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que proíbe a fabricação e a comercialização do cerol. **Aprovada. (Publ. no DA. n° 134/08, de 11/11/08, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 348/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF da Escola Estadual Indígena Jykre Tãg, com sede e foro no Município de Chopinzinho. **Aprovada. (Publ. no DA n° 075/09, de 06/07/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 353/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Incentivo à Cultura, com sede e foro no Município de Irati. **Aprovada. (Publ. no DA n° 077/09, de 08/07/09, em Projetos de Lei).**

### 3ª Discussão

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel, ao Município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada - Projeto. Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel, ao Município de Reserva conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que proíbe o uso do fumo, derivado ou não do tabaco em recinto coletivo fechado, público ou privado em todo o Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA CSP. (ANEXOS PROJETOS DE LEI NºS 388/08 147/09 E 276/09). (Publ. no DA nº 060/08, em 02/06/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AOS PROJETOS DE LEI  
NºS 388/08, 147/09 E 276/09

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

Os projetos acima epigrafados têm por objetivo proibir o consumo de cigarros e semelhantes, em locais fechados, públicos e privados.

#### Legitimidade

O presente parecer deve ser analisado sob a ótica da saúde pública. Assim, pelo texto da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;*

Já na Constituição do Paraná, tem-se:

*Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*XVII - matéria está assim aferida no presente caso.*

### Do objeto material

A questão ora tratada busca proibir o consumo de fumo em recintos fechados no Estado do Paraná, trazendo desde logo as exceções a tal regra.

Pois bem, os projetos são apresentados ao argumento da defesa da saúde dos fumantes passivos, vez que o fumante não prejudica apenas a de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Assim, o direito à saúde deve ser entendido de modo pleno, como objetivo a ser seguido sempre. Por ser assim, de fato compete ao Poder Legislativo, quando a ser seguido sempre. Por ser assim, de fato compete ao Poder Legislativo, quando da elaboração de leis, atentar para essa acepção.

Tanto é assim que o Estado de São Paulo já publicou Lei de nº 13554/09, que aliás, deu origem ao texto de dois dos projetos ora analisados. Também naquele Estado foi editado Decreto de nº 54311/09, por parte do Poder Executivo paulista, que regula de modo pormenorizado a lei retrocitada.

Na mesma senda, é de se lembrar também que foi proposta ADI, por parte da ABRASEL, contestando a lei estadual paulista. Ocorre que a ação foi arquivada pela Ministra Ellen Gracie, por ilegitimidade de parte, não sendo analisado pois o mérito da ação.

Prosseguindo, não se pode olvidar nessa análise da existência de lei federal que trata do assunto, qual seja, Lei nº 9294/96, que estabelece regras para o uso do tabaco e derivados. Veja-se o artigo 1º de tal lei:

*Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições estabelecidas por esta lei, nos termos do parágrafo 4º do artigo 220 da Constituição Federal.*

Sendo assim, deve ir a lume o parágrafo único do já citado artigo da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*§ 1º No âmbito da legislação concorrentes, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

Visto a partir dessa constatação, não há que se dizer que o projeto contraria o disposto na lei federal, mas o suplementa. Por exemplo, se estabelece o que é

recinto fechado; excluem-se lugares a céu aberto, aliás isso nem é previsto na lei federal, ou seja, está havendo de fato suplementação. Pelo dicionário UOL Michaelis:

*Suplementar*

*su.ple.men.tar*

*adj. (suplemento+ar) 1. Pertencente ou relativo a suplemento. 2. Que serve de suplemento ou de auxílio; que se junta como suplemento; que supre o que falta. 3. Que amplia uma explicação ou exposição anteriormente dada. 4. Geom Designativo dos ângulos cuja soma vale dois ângulos retos, ou seja, 180°. 5. Mús Diz-se das pequenas linhas traçadas acima ou abaixo da pauta, sobre as quais ou entre as quais se colocam notas.*

Resta claro que os projetos estudados servem de auxílio, de suplemento, de reforço às disposições legais constantes em lei federal.

Na mesma linha, vale lembrar a questão do custo, que também é de relevante valor para a aprovação do projeto. Isto é, o custo envolvido com programas de recuperação e restabelecimento da saúde daqueles fumantes ativos e passivos pode ser destinado a outros ramos de serviço público, otimizando a busca pelo interesse público.

Prosseguindo, cumpre-se fazer alguns esclarecimentos em referência aos locais em que se permite o uso do fumo, conforme artigo 6º da Emenda Substitutiva Geral.

- A permissão para o uso de fumo e equivalentes em locais de culto religioso: essa medida é implementada para que se respeite o direito encartado na Constituição Federal, em seu artigo 5º:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;*

- A segunda permissão que merece destaque se refere a instituições de saúde, quando permitidos pelo médico. Pois bem, também para que se respeite o acesso a saúde pública, encartada no artigo 196 da Carta Magna, visto que apenas com orientação médica é que se fará autorizado o uso.

- A terceira permissão é relacionada aos estabelecimentos que se destinem tão somente para o uso de fumos e congêneres. O artigo 170 da Constituição Federal é explícita:

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano, e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*I - soberania nacional;*

*II - propriedade privada;*

*III - função social da propriedade;*

*IV - livre concorrência;*

*V - defesa do consumidor;*

Assim, fica claro que a emenda procura defender essa liberdade econômica, mas tão somente para aqueles estabelecimentos que tenham destinação exclusiva para a finalidade.

- Por fim, necessário ressaltar que o fumante também terá sua liberdade protegida, na medida em que poderá fumar em sua residência, por exemplo. Assim, deve-se entender que não se proíbe o fumo, mas tão somente se restringe a permissão, de modo a favorecer a saúde pública.

Outro ponto merece ser abordado nessa análise, qual seja, a da existência de duas leis em vigor no Estado do Paraná que tratam do mesmo tema, quais sejam: Leis nºs 14743/04 e 15492/07. Seguem na íntegra os textos legais:

*Lei nº 14743 - 15/06/05*

*Publicado no Diário Oficial nº 6998 de 16/06/05*

*Súmula:*

*Proíbe fumar nos recintos e edificações que específica e adota outras providências.*

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º Fica proibido fumar nos recintos e edificações abaixo relacionados:*

*I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;*

*II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferências e de convenções;*

*III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;*

*IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias.*

*Parágrafo Único. Entende-se por recinto coletivo o local fechado, destinado a permanente utilização por várias pessoas. São excluídos deste conceito, os locais abertos ou ar livre, ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.*

*Art. 2º Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em área destinada a este fim, adequadamente isolada e com arejamento suficiente.*

*Parágrafo Único. Entende-se por área adequadamente isolada aquela que no recinto coletivo for destinada aos fumantes, separada da destinada aos não-fumantes, por qualquer meio ou recurso eficiente que não permita a transição da fumaça.*

*Art. 3º Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres PROIBIDO FUMAR, com menção à presente lei, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros e analfabetos.*

*Parágrafo Único. Em recinto com área superior a 50 m2 (cinquenta metros quadrados) os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 01 (um) para cada 50 m2 (cinquenta metros quadrados), ou fração excedente.*

*Art. 4º A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou aviso mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.*

*Art. 5º Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.*

*Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.*

*Art. 7º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 8852, de 27/07/88.*

*Palácio do Governo, em 15/06/05.*

**ROBERTO REQUIÃO** - Governador do Estado  
**CLÁUDIO MURILO XAVIER** - Secretário de Estado da Saúde

**CAÍTO QUINTANA** - Chefe da Casa Civil

**LEI Nº 15492- 09/05/07**

*Publicado no Diário Oficial nº 7468 de 10/05/07*

#### **SÚMULA:**

*Altera dispositivos da Lei nº 14743, de 15/06/05, que dispõe sobre proibição de fumar em recintos públicos, conforme especifica.*

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º e incluído inciso V no mesmo artigo, da Lei nº 14743, de 15/06/05, que proíbe fumar nos recintos e edificações, passando a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 1º Fica proibido fumar cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recintos coletivos, privados ou públicos, abaixo relacionados:*

*I - ...*

*V - órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Paraná.”*

*Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Palácio do Governo em Curitiba, em 09/05/07.*

**ROBERTO REQUIÃO** - Governador do Estado

**CLÁUDIO MURILO XAVIER**

*Secretário de Estado da Saúde*

**CAÍTO QUINTANA** - Chefe da Casa Civil

Pela simples leitura pode-se notar que são de fato, leis que tratam do tema ora abordado, pelos vários projetos sob análise. Para solver tal questão deve ser utilizada a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto nº 4657/42), que, pelo seu artigo 2º disciplina que:

*Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.*

*§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*

*§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.*

*§ 3º Salvo disposições em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.*

Pelo exposto, temos que deve ser contemplado na Emenda Substitutiva Geral disposição objetiva que afaste qualquer espécie de dúvida, razão pela qual foi formulado o artigo 8º do novo texto substitutivo.

#### **Conclusão**

Por exposto, somos pela aprovação dos projetos, devido ao respeito tanto a Constituição Estadual e Federal, bem como às leis correlatas, na forma da Emenda Substitutiva Geral, que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 23/06/09.

(aa) **DURVAL AMARAL** - Presidente

**RENI PEREIRA** - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 147/09, 243/08, 388/08 e 276/09**

Passam os Projetos de Lei nºs 147/09, 243/08, 388/08 e 276/09 a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos do artigo 24, incisos V, VII e XII da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo de produtos fumígenos.

Art. 2º Fica proibido no território do Estado do Paraná, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta lei, a expressão recintos de uso coletivo compreende dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposição, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

Art. 3º O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 4º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Art. 5º Qualquer pessoa poderá ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º O relato de que trata o *caput* deste artigo conterá:

- 1 - a exposição do fato e suas circunstâncias;
- 2 - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
- 3 - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - internet dos órgãos referidos do *caput* deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 6º Esta lei não se aplica:

- I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
- II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;
- III - às vias públicas;
- IV - às residências;
- V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo Único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 7º Compete ao órgão estadual de vigilância sanitária a fiscalização do cumprimento desta lei, pelos estabelecimentos aqui referidos, aplicando-se as sanções previstas nesta lei, sem prejuízo daquelas previstas na Lei nº 6437, de 20/08/77.

§ 1º Considera-se infrator, para os efeitos do artigo 2º, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que, de forma direta ou indireta, permita, tolere o consumo ou consuma tabaco em desconformidade com esta lei.

§ 2º O usuário dos produtos mencionados no artigo 2º que infringir o disposto nesta lei está sujeito à advertência e, em caso de recalcitrância, sua retirada do recinto pelo responsável pelo mesmo, sendo possível ser solicitado o auxílio de força policial, e sem prejuízo das sanções previstas nesta lei.

§ 3º A infração do disposto nesta lei acarretará a aplicação de multa, ao infrator definido no parágrafo 1º deste artigo, equivalente a 100 UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná ou outro índice oficial que, eventualmente, venha substituí-la.

§ 4º A penalidade será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis Estaduais nºs 14743/05 e 15942/07.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23/06/09  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS  
PROJETOS DE LEI NºS 243/08, 388/08, 147/09 e 276/09

Todos os projetos sob análise dispõem a respeito da mesma matéria, qual seja, proibir o uso de fumo, derivado ou não do tabaco em recinto coletivo fechado, público ou privado em todo o Estado do Paraná.

Pela ordem de protocolo, o mais antigo é o de número 243/08 de autoria do Deputado Stephanes Júnior, portanto, com base no artigo 120 do Regimento Interno os demais foram a ele anexados.

A CCJ manifestou-se pela constitucionalidade da proposição e apresentou substitutivo geral contemplando, dentro das possibilidades, as propostas de todos os autores.

O substitutivo geral proíbe em ambientes coletivos, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não de tabaco.

Conceitua os ambientes coletivos como aqueles que tenham qualquer uma das suas partes fechadas e haja circulação de pessoas.

Inclui rol não taxativo de ambientes coletivos, em especial, ambientes de lazer, alimentação, condomínios, supermercados, espaços de exposições e outros relacionados no artigo 2º da emenda substitutiva.

Determina ainda que sejam colocados informativos e advertências nestes lugares sobre a vedação ao uso dos já mencionados produtos.

O artigo 6º exclui determinados locais do alcance da nova lei, tais como, lugares especificamente e exclusivamente destinados ao consumo dos produtos que trata esta proposição, cultos religiosos onde o uso faz parte do ritual, instituição de tratamento de saúde onde seja autorizado o uso, vias públicas e as residências.

A proposição delega à vigilância sanitária estadual a fiscalização.

Por fim, impõe multa aos infratores.

Diversas manifestações de segmentos da sociedade chegaram a esta Comissão, algumas sustentando suposta inconstitucionalidade da norma.

Todas estas manifestações estão anexas a este parecer para que possam ser consultadas por todos os interessados.

Releva destacar que não cabe a esta Comissão avaliar a constitucionalidade da norma pois esta já foi analisada e reconhecida pela CCJ.

A competência da presente comissão consta do parágrafo 10 do artigo 33 do Regimento Interno.

*§ 10. À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissão afins.*

E à luz do disposto no dispositivo regimental supra que esta Comissão analisa a proposição em tela.

Revela destacar que a presente proposição não visa restringir o sagrado direito à liberdade dos cidadãos pois isto ofenderia os mais brasileiros fundamentados do Estado Democrático e de Direito.

Ao contrário, a proposição visa proteger direitos subjetivos individuais, coletivos, individuais homogêneos e direitos difusos.

São os direitos à saúde e ao meio ambiente saudável e equilibrado que a proposição busca tutelar.

É o artigo 6º da Constituição Federal que assegura a todos os direito à saúde.

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

O inciso VI do artigo 23 impõe ao Estado a proteção do meio ambiente.

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

O artigo 200 da Lei Maior nacional diz que é atribuição do Sistema Único de Saúde colaborar na proteção do meio ambiente, inclusive o meio ambiente do trabalho.

*Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:*

*VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.*

Mas é o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil que define como um direito difuso de toda a sociedade o meio ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações.

Pensar nas futuras gerações é pensar também nas crianças e adolescentes que estão em especial fase de desenvolvimento e, muitas vezes, estão expostos aos efeitos nocivos da fumaça resultante da queima do tabaco e derivados consumidos na forma de cigarros e similares.

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público.*

*V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.*

Ao contrário das teses de alguns segmentos da sociedade, o projeto não restringe direitos individuais e coletivos, mas ao contrário, tutela os direitos subjetivos daqueles que são as vítimas involuntárias do consumo do tabaco.

É inegável que se trata de projeto complexo pois envolve várias matérias do mundo jurídico e da sociologia, tais como, direito do consumidor, direito das crianças e dos adolescentes, fundamentos constitucionais, liberdade da atividade econômica, Sistema Único de Saúde e relações sociais.

Há interesses conflitantes entre a indústria fumaqueira, donos de bares, restaurantes e demais estabelecimentos privados, consumidores produtos e serviços e usuários de serviço público.

É importante destacar que a exceção prevista no artigo 6º aos estabelecimentos especificamente e exclusivamente destinados ao consumo dos produtos que trata esta proposição pode criar uma lacuna para a burla da lei pois os estabelecimentos poderão criar espaços anexos para o qual livremente os fumantes podem se dirigir para consumir os produtos fumígenos.

Todavia, a especificação do que seja uma tabacaria ou similar evitará tal burla.

Ao concluirmos que o projeto é de grande importância na proteção de direitos fundamentais do cidadão, em especial da saúde e do meio ambiente equilibrado é que nos manifestamos pela tramitação regimental da proposição.

Cientes de que o Estado deve atuar preventivamente e também prestando assistência aos interessados em deixar o hábito de fumar, propomos emenda aditiva impondo ao Poder Executivo que disponibilize a condições de tratamento por sua rede de saúde pública.

O parecer é pela tramitação da proposição.

Sala das Comissões, em 11/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### SUBEMENDA ADITIVA AOS

PROJETOS DE LEI NºS 243/08, 388/08, 147/09 e 276/09

Adite-se ao substitutivo geral artigo com o seguinte teor, fazendo-se as remunerações que se fizerem necessárias.

*Art. ... Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública do Estado, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.*

Sala das Comissões, em 11/08/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Teruo Kato e Dr. Batista

#### Em discussão. Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Hoje é apenas a 1ª discussão, vou me ater apenas a um posicionamento inicial, para discutir posteriormente o mérito do projeto, como é a norma estabelecida pela Casa. Apenas uma reflexão, daqui até a votação do mérito, para que possamos pensar bem, porque é uma atitude importante para o Paraná.

Dia 29 de agosto se comemora o Dia Estadual de Combate ao Fumo. Talvez neste dia possamos tomar essa decisão no Estado. Mas me parece, Deputada Rosane, que tem algumas coisas que são importantes colocar. A primeira delas, que é importante não confundirmos, é que o fato de votarmos a favor do projeto estaria votando contra os produtores de fumo. Não é verdade, porque o fato de proibir o uso do fumo, do tabaco, do cigarro em ambiente fechado, não quer dizer que aqueles que tem a opção pessoal de escolha de fumar, sendo viciado ou não, não possam continuar fazendo. Além do que, todos nós sabemos, grande parte do fumo produzido no Paraná é exportado. A outra coisa que é necessário pensar, na minha opinião, é com relação a abrir na lei possibilidades, abrir na lei algo que possa dar uma flexibilização, porque lei, todos nós sabemos, é regra, é norma, é disciplina, é fazer, é ruptura. Nós temos essa prerrogativa e a sociedade nós dá, para que possamos estabelecer normas para a sociedade. E as normas sempre são discricionárias, nunca vão atender a todos. Se você flexibilizar, é como fazer mais ou menos o seguinte: "É proibido andar com o carro além de 110 Km/h". como se você colocasse na lei: "Exceto nas retas". Acabou a lei.

Então, acho que temos que pensar muito na questão de votar qualquer tipo de flexibilização com relação a essa questão da lei, porque já há uma lei federal que flexibiliza e nós, na minha opinião, temos que manter a lei como estabelecimento de uma norma, um choque, uma ruptura, que possa destinar a informação da lei como uma informação que possa dar um novo sentido para as relações da sociedade, com relação a esta questão do fumo.

Não vou ocupar os 10 minutos para fazer o encaminhamento do mérito. Quando tivermos a votação do projeto, já que o projeto recebeu emendas, vai voltar para a CCJ.

Agradeço a V. Exa., mas digo que vou votar favoravelmente ao projeto na sua amplitude.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na CCJ me absteve de votar a constitucionalidade desta lei e vou fazê-lo no plenário novamente, vou me abster, porque tenho dúvidas muito fortes com respeito à constitucionalidade de uma lei que nada tem a ver com a proibição de fumar. Tem a ver com a proibição de um espaço reservado para quem fuma.

A lei federal, em me parece que lei federal é lei de norma para o País inteiro, senão não teria razão de ser lei federal, ela diz: *É proibido fumar em recintos públicos, salvo em áreas destinadas exclusivamente a isto, isolada e com arejamento conveniente.* Aliás é bastante ampla.

Bom, vi alguns discursos de que a lei, para se tornar mais rigorosa, pode ser feita. Não, não pode ser feita. Ela pode ser feita quando é concorrente, mas aí pode ser mais rigorosa, ou mais flexível. Não é para ser mais rigorosa. Mas me pergunto o seguinte: se a lei federal permite e a lei estadual se dá o direito de proibir, e se o alvará de licença de funcionamento, fazer a construção do prédio e estabelecer as normas do Código de Postura Municipal são também concorrentes, não vejo como não possa o Município, como aliás o Município de Maringá tem uma lei que permite fumódromo, se tiver o Município de Ponta Grossa, por exemplo, se a Câmara Municipal de Ponta Grossa disser que é proibido fumar em público, salvo em locais que sejam destinados especificamente para esse fim, ora, quem fornece o alvará é a Prefeitura de Ponta Grossa, quem estabelece os horários de funcionamento de bares é a Prefeitura, o recuo da rua é a Prefeitura, isso é Código de Postura Municipal.

Tenho minhas dúvidas se não vamos construir uma tremenda de uma confusão dentro do Estado do Paraná com Municípios que permitam e outros que não permitam. E quem for se basear na Justiça em cima da lei estadual, o outro lado vai se basear em cima da lei federal que existe e que permite. Esse assunto me parece que não fica muito claro, nem sequer no aspecto constitucional.



Por isso, quero antecipadamente declarar que, embora esteja presente na Sessão, me abstenho de votar a constitucionalidade, porque tenho sérias dúvidas se esta matéria pode proibir e é constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda dentro da constitucionalidade, concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Segundo o Deputado Romanelli, falo em nome dele, da constitucionalidade. Gostaria, com o respeito que devoto e todos nós do Sudoeste devotamos à história do Deputado Caíto Quintana, contraditar aí os argumentos que ele usou. A lei federal que ele cita é a Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996.

Esta lei dispõe sobre o uso de propaganda de produtos fumígenos e bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Essa lei não tem nada a ver com a legislação que estamos fazendo aqui, e no contexto dessa lei federal, no artigo 2º ela disciplina, na verdade, os recintos no que diz respeito não só à propaganda, mas também ao consumo do cigarro.

A legislação concorrente permite ao Estado e aos Municípios legislar sobre meio ambiente, sobre defesa do consumidor, legislar sobre a saúde, e é justamente nesse contexto que elaboramos esse substitutivo geral, no contexto da competência que os Estados e os Municípios têm de legislar sobre a Saúde Pública.

Nesse contexto de Saúde Pública, o substitutivo geral que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça excluiu a possibilidade do fumódromo, até para atender o princípio constitucional da igualdade. Porque como vamos elaborar uma lei estadual visando garantir a Saúde Pública dos paranaenses, a partir do momento em que for sancionada ela deixa de ser do Stephanes Júnior, do Belinati, do Requião, do Romanelli; ela passa a ser uma lei estadual.

Nós vamos dizer: temos uma lei estadual que foi feita, relatada sobre o contexto de proteger a saúde dos paranaenses, mas essa lei esqueceu dos fumantes, ela só vale para quem não fuma, porque ela protege os ambientes de uso comum. Os fumantes, a esses nós fizemos uma vírgula na lei. Criamos uma casinha para que eles vão lá e acabem morrendo de uma vez por todas.

Qualquer fumante pode ingressar na Justiça e dizer: “Essa lei é inconstitucional, porque ficou um mês debatendo”. No primeiro dia em que eu relatei falei que não sou xiita, falei para os representantes da ABRAPAR: consigam uma demonstração científica ou técnica que dentro do fumódromo não há o agravamento da saúde do próprio fumante. Porque quando ele usa o livre arbítrio dele para ingressar no vício, ele sabe dos riscos que vai ter. Esse risco é da fumaça que ele inala pelo filtro do

cigarro, mas aquela fumaça que fica no ar, não existe uma comprovação de que aquela fumaça que ele vai inalar não vai agravar ainda mais os riscos da sua própria saúde. O que os técnicos da Saúde nos informaram é que infelizmente vai haver um agravamento maior ainda.

Vamos fazer uma lei para proteger a saúde dos não fumantes e fazer uma vírgula dizendo o seguinte: os fumantes que se danem.

Qualquer fumante pode ingressar e dizer que não foi respeitado o princípio da igualdade, estipulado na Constituição.

A questão do fumódromo é uma questão de mérito. Vamos ter que infelizmente, se a maioria, ou felizmente, não sou aqui o senhor da razão, o Plenário é soberano, se entender que tem que flexibilizar e colocar, acredito que vamos estar cometendo um grande erro.

Primeiro que não vamos manter a coerência da lei estadual, que está se prestando gerar um ganho na área de Saúde para todos os paranaenses, inclusive para os fumantes. Agora, os representantes do setor tabagista, e aqui quero fazer uma reticência, se me permite aqui o Presidente do PSDB usar as palavras do Prefeito Beto Richa, hoje, é um grande equívoco os donos de bares pensarem que vão diminuir o número de clientes. Pelo contrário, nas Cidades que já se adotou isso houve uma queda nos primeiros meses, depois multiplicou na Cidade de Nova Iorque, se não me engano, onde houve a contratação de mais de 10 mil pessoas nesses segmentos para atender a demanda. Porque um aumento da frequência dos não fumantes e os próprios fumantes voltaram a frequentar esses locais, respeitando a impossibilidade de fumar em ambiente coletivo.

Faço uma defesa da constitucionalidade desse substitutivo, respeitando a vontade da maioria, mas acreditando que se flexibilizarmos, a lei passa a não ter coerência com o objetivo a que se propõe, passa a ser inconstitucional, porque não respeita o princípio da igualdade, protegendo a saúde de todos, e infelizmente é uma lei que não vai pegar no Estado do Paraná, porque não haverá o respeito coletivo, até pela dúvida que se gera. Ou se proíbe e se respeita pelo senso comum, porque não é pelo medo da fiscalização que esta lei vai pegar. Ela vai pegar ela consciência coletiva.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero sugerir aos Srs. Deputados que ao encaminharmos a matéria, vamos votar hoje, nesta Sessão, a constitucionalidade. E que devemos nos ater, como fez o Deputado Caíto Quintana, em parte o Deputado Reni Pereira, nos detenhmos exclusivamente na questão da constitucionalidade. Teremos a oportunidade, aliás, já temos tido bastante, para discutir o mérito. O Deputado Augustinho Zucchi também discutiu a constitucionalidade.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria me inscrever, depois, na questão da constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedemos a palavra ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior, para encaminhar.

**O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando em 2007 apresentei este projeto de lei, tinha a convicção da sua necessidade e da sua legalidade. Queria restringir o fumo no Estado do Paraná, principalmente preservando o direito do não fumante de ir a um show, a um restaurante, de ir a qualquer local e não encontrar o problema do prejuízo à sua saúde por causa do cigarro, nem do cheiro da fumaça, nem aquele ambiente enevado. Isto o projeto consegue.

Apenas no final do ano passado, quando um ano e meio depois de eu ter apresentado meu projeto, o José Serra apresentou um e proibiu totalmente, passei a ser, de bicho-papão dos fumantes, de malvado dos fumantes, passei a ser o bonzinho.

Mas, meu mérito sempre foi querer a questão da saúde e do bem-estar preservados. Mas, tenho um diferencial, porque realmente, no projeto original, o que eu previa que fosse permitido, até porque acho que não podemos cercear desta forma que queremos, o livre arbítrio do outro, de ele poder ter um espaço isolado para ele.

Se não sob este ponto de vista, não se pode abrir tabacaria nenhuma também. Porque também há gente que trabalha lá. Na verdade, mais ainda, não pode haver plantação de fumo. Tem que ser um crime fumar. Se isto for criminalizado, aí podemos agir desta forma para quem fuma. Fora isto, não vejo a questão legal, a questão da constitucionalidade, realmente, sendo preservada.

Então, vejo que o projeto é bom. Não vou me aprofundar no mérito, porque vamos tratar amanhã ou semana que vem, disto. Mas, esta questão tem que ser debatida, porque senão vamos ter que proibir a bebida também. É uma questão filosófica. A bebida gera problemas domésticos, de violência, no trânsito, gera doenças para as pessoas. E este radicalismo prejudica a sociedade. Não se pode fazer mais nada, porque tudo tem algum tipo de malefício. Acho que tem que se garantir a saúde das pessoas. É este meu objetivo. Quero ir a um local, levar meu filho e não ter o problema da saúde e nem do meu cheiro presente. Isto está resolvido.

Nossa dúvida, hoje, é esta questão da liberdade, que tem que ser preservada. Mas, amanhã, semana que vem, quando debatermos o mérito, vou me aprofundar.

Era isto, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acabei de receber aqui e gostaria até de retirar uma dúvida com os Deputados que estão mais aprofundados

nesse debate. Recebi do pessoal da imprensa que essa lei que estamos votando hoje, segundo o documento que está aqui, já é lei no Brasil, devidamente sancionada pelo Presidente da República, essa Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996, que foi sancionada dia 15 de julho de 1996 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos ligados ao cigarro. É lei desde 1996. E o que diz a lei?

*Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente. Inclui-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.*

Isso está em vigor, Sr. Presidente, e é uma lei de 1996. Se essa lei de 1996 está em vigor, a lei que estamos votando aqui não tem eficácia nenhuma. A lei já está pronta aqui e é nacional.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Ela não foi regulamentada.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Não foi regulamentada, mas é lei. Estou com a lei aqui e faltou a regulamentação, mas é lei do Governo Federal e que tem exatamente essa mesma linha. Me disseram que o Estado do Paraná também fez uma lei, em 2007. Essa é a informação que recebi agora, que em 2007 essa mesma lei foi feita aqui no Paraná. Essa lei do Presidente Fernando Henrique, que não foi regulamentada, é exatamente a lei que estamos votando a nível nacional e só faltou a regulamentação. Ela foi publicada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 15 de julho de 1996 e há uma informação de que em 2007 o Governo do Estado também teria proposto essa lei aqui.

Só quero deixar esse tema para discutirmos, porque é preciso questionarmos essa lei. Existe uma lei nacional, e por mais que ela não esteja regulamentada, é lei. Agora, perguntaria: se a lei está sancionada, mesmo que não esteja regulamentada, ela não está em vigor? Essa é uma pergunta que alguém poderia responder na sequência, até por questão de ordem.

Em segundo, houve mesmo essa lei do Estado do Paraná em 2007? Não me lembro, porque são tantas leis que passam aqui na Casa, mas há uma informação aqui que a mesma lei terá sido apresentada em 2007 aqui na Casa, teria sido feita pelo Governador. Essa informação acabou de chegar.

Então, para nós que temos dúvidas, se forem corretas essas informações, temos uma lei sancionada, nacional, mesmo que não regulamentada, com os mesmos critérios, está aqui em vigor; e temos uma segunda lei a nível de Estado de 2007.

Eu queria, antes de votar, tirar essa dúvida, até para ninguém dizer: “Vocês votaram algo que já é lei e que nunca foi cumprida”.

Então é isso, Sr. Presidente. Gostaria de tirar a dúvida a respeito dessa questão nacional e dessa questão estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, pode encaminhar para responder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

A lei federal é norma de caráter geral; a lei estadual, por óbvio, trata do tema de forma específica. Aí uma coisa, Deputado Jocelito, é certa, estamos tratando aqui o seguinte: não haverá mais, não será permitido o uso do tabaco em ambiente de uso coletivo, mas fundamentalmente não ao fumódromo, porque a lei federal permite justamente a existência do fumódromo. Por isso que ela não pegou, porque ela liberou geral. Na verdade é isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos usar o painel eletrônico para votarmos a constitucionalidade deste projeto. Vale lembrar que temos hoje a presença de 51 Srs. Deputados. Os Deputados que forem favoráveis à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 243, que proíbe o uso de fumo, derivado ou não de tabaco, em recinto coletivo, fechado, público ou privado, em todo o Estado do Paraná, votam com a expressão SIM. Os que forem contrários, votam com a expressão NÃO. Votando.

Alguns Deputados se abstiveram, poderiam ter votado o A da abstenção, mas preferiram se retirar do plenário, se abstendo portanto. Vai se proceder a apuração: 43 Srs. Deputados presentes à votação. Quarenta e três Deputados votaram com a expressão SIM. Está APROVADO, em 1ª discussão, o Projeto de Lei nº 243/08.

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui a obrigatoriedade de existência de sistema de ar condicionado em ambulâncias do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 006/09, de 11/02/09, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 028/09

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Douglas Fabrício objetiva tornar obrigatória a existência de equipamentos de condicionamento de ar em ambulâncias destinadas a qualquer tipo de transporte, remoção, resgate e atendimento a pacientes, com ou sem risco de vida, em todo o Estado do Paraná.

## Fundamentação

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem a Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão.*

Ainda sobre a iniciativa das leis, é oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurado Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

O projeto de lei ora em análise, que objetiva instituir a obrigatoriedade de existência de sistema de ar condicionado em ambulâncias, encontra-se em consonância com o artigo 23, II da Carta Magna:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*

Olhando, ainda, sob a luz da Constituição Federal, temos também o artigo 24, XII, que versa sobre o tema:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.*

O presente projeto de lei também vem a cumprir o que explicita a Constituição do Estado do Paraná, que também estabelece especial proteção à saúde, em seu artigo 167, como podemos ver:

*Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.*

*Parágrafo Único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no artigo 200 da Constituição Federal.*

Vislumbra-se, portanto, que o presente projeto de lei se encontre revestido constitucionalidade.

Quanto à técnica legislativa, utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

**Conclusão**

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 028/09

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício objetiva tornar obrigatória a existência de equipamentos de condicionamento de ar em ambulâncias destinadas a qualquer tipo de transporte, remoção, resgate e atendimento a pacientes, com ou sem risco de vida, em todo o Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois, de fato, a presença do ar condicionado nas ambulâncias trará, indiscutivelmente, melhor qualidade de atendimento aos pacientes, sobretudo aos que residem em regiões áridas, de intenso calor, bem como propiciará um ambiente de trabalho menos insalubre aos profissionais que trabalham nas ambulâncias.

**Conclusão**

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Saúde, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 12/04/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TERUO KATO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2009. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS **Aprovada.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/08/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Plauto Miró, Reni Pereira e Francisco Bühner.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 059/09

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 059/09, prestando contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referentes ao mês de julho de 2009.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 059/09, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável aprovado.

Pelo acima exposto, esta relatoria delibera, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 12/08/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)**

Temos diversos requerimentos que já foram aprovados nesta Casa, pedidos de informações, e gostaria de questionar três requerimentos, para que a Mesa orientasse a assessoria e que obtivéssemos as respostas desses requerimentos. Um deles foi aprovado dia 19 de março de 2008, que requer envio de requerimento ao Secretário dos Transportes e ao Superintendente da APPA, para que prestem informações a respeito do terminal público de álcool em Paranaguá.

Outro apresentado em 15 de julho do ano passado, e foi adiado, aqui pela fotocópia não consigo visualizar o dia que foi aprovado, requer envio de pedido de informações à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação, a respeito de convênios firmados com a ONG ARCAFAR.

Outro requerimento também aprovado no ano passado, dia 27 de agosto, requer envio de pedido de informações ao Superintendente dos Portos de Antonina e de Paranaguá. Não obtivemos respostas desses requerimentos. Solicitamos que a Mesa solicite, através de sua assessoria, para que possamos receber essas respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Imediatamente solicitamos à nossa assessoria que fique com a cópia desses requerimentos, para que tenhamos a resposta imediatamente. E lamentamos que tenha ocorrido essa demora toda.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3893, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Ademar Traiano e Plauto Miró, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, a resposta eu já vou dar ao requerimento. O Estado não recebeu o dinheiro de Alagoas. Penso que o requerimento é desnecessário, mas pode ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a concordância do Líder do Governo, está **aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 3894, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 3900, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, com apoio dos Deputados Douglas Fabrício, Waldir Rossoni, Mauro Moraes e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero reconhecer que o Deputado Marcelo Rangel tem se especializado em levantar temas que possam provocar um debate político e tentar, é claro, promover desgaste em relação ao Governo. Esse requerimento é mais um desses. Sabemos que o tema relativo à Segurança Pública sempre é fruto de um debate, muitas vezes, aprofundado, até porque envolve a vida das pessoas.

Agora, recentemente, quando passamos pela questão da pandemia da Gripe A, verificamos a preocupação das pessoas em relação às questões que envolvem sempre a vida. A questão da patologia do nosso tempo é a violência. É uma preocupação de todos, mas daí a pretender se convocar o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, que faz um trabalho árduo, duro no combate à criminalidade, para promover desgaste político, sinceramente, daí vai uma grande distância do que o Parlamentar pode questionar.

Questionar os indicadores, fazer a discussão, penso que faz parte do Parlamento. Este é o espaço do debate político, mas eu diria que foi um passo a mais. Não há nenhum motivo fundamentado que possa, efetivamente, fazer com esta Casa, que é um dos Poderes deste Estado, possa utilizar a força de um requerimento havido de uma votação de Plenário para convocar a vinda do Secretário da Segurança Pública.

Por isso, quero pedir aos Deputados que integram a nossa base que votem com a expressão NÃO a este requerimento, no sentido de dizer que sempre estamos aqui, pontualmente, quando há um tipo de formulação de pedido de informação, ou coisa que o valha, bem pontual, seja ele bem formulado e que não queira saber de questões estratégicas de Segurança Pública, o pedido é aprovado.

Da mesma forma, temos vindo a esta tribuna, não só eu como outros Parlamentares, promovido um debate sobre esse tema, mas em relação à convocação do Secretário, Sr. Presidente, na minha avaliação, há um exagero, há um excesso. Diria até que o Parlamentar deveria refletir a retirar o requerimento porque, sinceramente, não é para promover desgaste político desta natureza, que é quase uma provocação que nós, efetivamente, vamos aceitar a aprovação deste requerimento.

Então, encaminho no sentido de rejeitar o requerimento de convocação do Secretário da Segurança Pública.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vamos discutir agora e votar se o Secretário da Segurança Pública virá para a Assembleia Legislativa debater, conversar com os Deputados sobre a Segurança Pública ou não. É pelo voto, porque convite já foi feito e, também, pelo voto aprovado ele não veio.

Toda vez que falamos de um tema aqui, o Líder do Governo vem e fala assim: “Olha querem promover desgaste para o Governo!” Alguém aqui dos Deputados promoveu algum tipo de desgaste para o Governo quando veio, voluntariamente, por iniciativa própria, o Secretário da Saúde Pública do Estado do Paraná? O Secretário veio à Assembleia, ficou conversando com os Deputados, respondeu a todos os questionamentos, saiu daqui com algumas sugestões de Deputados da Oposição, de Deputados do Governo, está trabalhando, está lutando para poder melhorar a Saúde Pública do Paraná, e teve o apoio de todos os Deputados. Em momento algum se quer promover, com este requerimento, desgaste político.

Este requerimento não é só do Deputado Marcelo Rangel. Por isso, não é só Deputado midiático, como utilizam aí. Acho até que é uma expressão errada. Viu, Deputado Marcelo Rangel? Faltando até com respeito a V. Exa., porque V. Exa. faz um trabalho aqui em defesa da população.

Está aqui a assinatura dos Deputados Rossoni, Mauro Moraes, Traiano, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício e outros que vão votar a favor deste requerimento para que o Secretário venha aqui conversar com os Deputados.

Nós Deputados somos representantes da população. Se aprovarmos esta convocação, estaremos valorizando a população do Paraná, aqueles que são assaltados de dia e de noite, os pobres, os ricos, aqueles que têm filhos, mães, parentes assassinados todos os finais de semana, em todas as Cidades do Paraná.

Estamos todos preocupados com a Gripe H1N1. A gripe já matou mais de 100 pessoas no Paraná, só que muito mais do que isso já foram assassinadas, inclusive, por falta de segurança. No Paraná aprovamos mais de R\$ 1 bilhão para o Governo investir na Segurança Pública. Algum Deputado aqui sabe me dizer como foi aplicado esse dinheiro? Até quando ficaremos escondendo essas informações sobre a Segurança Pública, da população do Paraná? Porque gentis já fomos: convidar, já convidamos; o Secretário não aceitou o convite e não veio, em um desrespeito a esta Casa e aos Parlamentares.

Está na hora de os Deputados demonstrarem que não são vacas de presépio do Governador. Porque ele falou nesta semana na “escolinha”; “Vamos discutir a questão do fumo na Assembleia. Quero ver quais os Deputados que votarão contra”. O Governador faz o que bem quer com a Assembleia Legislativa.

Fico admirado com o Deputado Romanelli, que teve a sua casa assaltada, vir aqui defender a Segurança Pública ainda. O Deputado Felipe Lucas, nesta semana, foi assaltado e tentou um contato com o Secretário da Segurança, depois do assalto, e não conseguiu. Ele que é um Deputado teve que se valer aos préstimos do Secretário de Curitiba, para poder resolver o seu problema. Nós, Deputados, temos a obrigação de convocar qualquer que seja o Secretário de pasta que não esteja funcionando bem. Acho que a Segurança Pública não está funcionando bem.

O requerimento do Deputado Marcelo Rangel, assinado por diversos outros Deputados, é para dar uma resposta à sociedade, que estamos preocupados, sim, com o problema da falta de Segurança Pública no Paraná. Como uma democracia, é pelo voto. Vamos precisar do voto de todos ou da maioria dos Parlamentares, que também estão preocupados.

Trazer o Secretário aqui não é gesto de desrespeito, de forma alguma. Pelo contrário, é gesto de respeito, porque com ele poderemos conversar, cobrar e ajudar a resolver os problemas da falta de segurança do Paraná. Apenas assim conseguiremos demonstrar que nós, Deputados, estamos defendendo o interesse da população. Se votarmos contra esse requerimento estaremos dizendo o contrário disso: que não estamos preocupados com a Segurança Pública no Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Agradecer e justificar que, de fato, aconteceu comigo um assalto à mão armada há poucos dias, na terça-feira passada, pela manhã, às 10h, no escritório do Dr. Renato Andrade, aqui muito próximo. Esclarecer que o contato foi feito com o Secretário da Segurança e com o Alexandre Curi. Prontamente fui atendido. Embora eu não tenha recuperado nada do meu carro e das coisas que estavam dentro, com ameaça de arma de fogo, fui atendido. Concordo que o Secretário tenha que vir a esta Casa para prestar esclarecimento, assim como tivemos outros Secretários que aqui vieram, como o Gilberto Martin.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Estou encaminhando esse requerimento, com a assinatura de 12 Parlamentares, mas poderia ter outras assinaturas, porque o tema é palpitante. Neste momento, milhões de paranaenses gostariam de estar aqui no meu lugar, para poderem questionar o Secretário da Segurança Pública sobre o aumento da criminalidade no Estado do Paraná, sobre a questão do tráfico de entorpecentes no nosso Estado, principalmente a questão do tráfico de crack.

Muitos policiais que, infelizmente não podem se manifestar, Deputado Elio, Deputado Luiz Carlos Martins, gostariam de estar aqui no meu lugar para poderem fazer uma pergunta ao Secretário da Segurança Pública sobre o número de policiais, sobre a questão do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e, principalmente, sobre valorização profissional. Fizemos por diversas vezes estes questionamentos e, com a gentileza que o Deputado Douglas disse agora há pouco, fizemos o convite para que o Secretário pudesse conversar com os Parlamentares aqui na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, a Assembleia só existe para fiscalizar e promover leis. É o nosso dever. Fomos eleitos para fazer os questionamentos que o nosso povo precisa.

O Líder do Governo, infelizmente, Sra. Deputada, disse que eu estou promovendo o desgaste no Governo com a apresentação do requerimento de convocação. Na verdade, já existe o desgaste da paciência de cada cidadão paranaense. Somente aqui nesta sala dois Parlamentares, dois Deputados foram assaltados, três, o Deputado Belinati já está me acenando, três Deputados foram assaltados, foram roubados, seus pertences nunca mais foram recuperados. Três Deputados que, com certeza, Deputado Belinati, representam milhares e milhares de cidadãos que também perderam até mesmo suas vidas. Estão me acenando que teve outros políticos, outros Parlamentares que também sofreram. O Deputado Chico também foi assaltado; foram quatro Deputados.

Mas, tenho certeza que neste momento quem está me acompanhando em casa, através da TV SINAL, também gostaria que este documento, que este requerimento que promove a convocação do Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná seja aprovado por cada um dos nobres Parlamentares aqui presentes.

Srs. Parlamentares que esteja me ouvindo neste momento, se o senhor deseja mais segurança, promover segurança e também fazer algumas perguntas pertinentes, elucidar alguns números, existe uma lei no Estado do Paraná que prevê um número mínimo de Soldados, de policiais militares e civis.

Há pouco tempo apresentei o requerimento que foi derrubado aqui na Sessão Plenária, e não sabemos exatamente o número oficial de policiais no Estado.

Srs. Parlamentares, em nome de cada um dos cidadãos deste grande Estado, pelo o voto SIM para que o Secretário da Segurança venha a esta Casa, a Casa do cidadão paranaense, para dizer porquê a nossa Segurança está frágil neste momento no Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, vai se proceder a votação. Deputados favoráveis à convocação do Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, votam com a expressão SIM. Deputados que forem contrários à convocação do Secretário Luiz Fernando Delazari, votam com a expressão NÃO.

Vai se proceder a votação.

Trinta e seis Srs. Deputados votaram: 25 com a expressão NÃO; 11 com a expressão SIM. Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento n°s 4027 e 4028, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3960, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3961, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4012, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, queria formular uma questão de ordem se já não foi aprovada uma Comissão Especial nesse sentido que terminou com a não indicação pelos líderes dos partidos dos integrantes da CE. Penso que é redundante este pedido, e ao mesmo tempo peço para discutir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4013, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 4010, 4011 e 4014, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4049 e 4050, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3989, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3988 a 3991, 4040 a 4044 e 4046, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3992, de autoria dos Deputados Elton Welter e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3994 a 3996, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3997 a 3999, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4001 a 4009, e 4032 a 4039, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Sr. Presidente, eu vi tanta polêmica aqui na Casa a respeito daquela lei das lan houses e tudo aqui. Esse projeto tem uma emenda minha, que define que os menores só poderão estar nesses estabelecimentos acompanhados de uma autorização. Mas estou estranhando que até virou uma polêmica que a Gazeta do Povo falou que tinha sido aprovado duas vezes. A Gazeta comeu bola duas vezes e disse que a lei tinha sido aprovada. Há poucos dias estava na Ordem do Dia para votar em 2ª discussão e houve uma proposição de se adiar a votação. Pergunto a V. Exa.: quando é que vai voltar esse projeto, que é o salvador da pátria do Brasil? Até poucos dias era discurso para todos os lados. O discurso é que seria a